

Cátia Filipa Pereira da Costa

Abuso sexual cometido por mulheres:
um estudo de caso

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2011

Cátia Filipa Pereira da Costa

Abuso sexual cometido por mulheres:
um estudo de caso

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2011

Cátia Filipa Pereira da Costa

Abuso sexual cometido por mulheres:
um estudo de caso

Trabalho efectuado sob orientação da

Professora Doutora Ana Sacau

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Jurídica

Agradecimentos

À Professora Doutora Ana Sacau pela disponibilidade em orientar-me e pelos conhecimentos transmitidos.

À Equipa Penal de Reinserção Social por disponibilizar e autorizar a utilização de dados e informações fulcrais à realização do presente estudo de caso.

Aos docentes do Mestrado em Psicologia Jurídica pelo contributo para o enriquecimento do meu percurso académico e desenvolvimento pessoal.

Aos utentes da Equipa Penal de Reinserção Social por permitirem o contacto com as suas complexas histórias de vida possibilitando o aumento da minha experiência e conhecimentos, em especial à jovem a que se refere o estudo de caso sem a qual este não seria possível.

Aos meus pais, ao Marcos e aos meus amigos pelo amor, amizade e apoio incondicionais ao longo desta etapa e em todo o percurso no ensino superior, fundamentais na realização deste sonho.

A todos o meu sincero: MUITO OBRIGADA!

Resumo

As situações de abuso sexual de crianças nas quais o perpetrador pertence ao sexo feminino obtiveram ao longo dos últimos anos um acrescido reconhecimento por parte da comunidade científica, evidenciado pelo significativo incremento das investigações no âmbito desta temática consistindo na sua maioria estudos de caso. Um conjunto de particularidades encontra-se demonstrado nas ofensas sexuais perpetradas por mulheres, algumas delas diferenciando-as das situações em que os abusadores são indivíduos do sexo masculino. Deste modo, é possível a criação de determinadas tipologias que reúnem características de distintos grupos de abusadoras sexuais de crianças numa tentativa de que a sua avaliação e intervenção seja realizada de forma mais adequada.

Considerando a pertinência da problemática em questão e a escassez de evidências empíricas relativamente a esta população quer a nível nacional quer internacional, pretendeu-se com a presente dissertação elucidar alguns conceitos relacionados com o abuso sexual de crianças assim como fornecer uma melhor compreensão da sua etiologia através das abordagens teóricas multi-factoriais mais apropriadas à explicação do comportamento sexual ofensivo. Termina com a ilustração e análise de um caso representativo de uma situação real de uma jovem acusada pelos crimes de abuso sexual de crianças e pornografia de menores. Tendo em consideração a avaliação psicológica realizada à arguida evidenciam-se no seu processo desenvolvimental a existência de um conjunto de factores de risco que terão potenciado um conjunto de fragilidades. Tais fragilidades, associadas a determinadas características pessoais da arguida, aumentaram a sua vulnerabilidade para o cometimento de abuso sexual a crianças. Neste sentido, é também proposta uma intervenção com a arguida em algumas dimensões consideradas relevantes para a sua reintegração e construção de um projecto de vida futuro. Não obstante a existência de limitações inerentes ao estudo empírico realizado, as considerações contempladas no mesmo permitem despoletar a realização de outras investigações no âmbito desta temática, o que se revela pertinente dada a escassez dos mesmos.

Palavras-chave: Abuso sexual de crianças, perpetradoras mulheres, estudo de caso.

Abstract

The child sexual abuse in which the perpetrator belongs to females obtained over the past year a plus recognition by the scientific community, as evidenced by the significant increase in research under this theme consisting mostly case studies. A set of special features is demonstrated in the sexual offenses committed by women, some of the differing situations in which abusers are males. Thus, it is possible to create certain types that combine characteristics of different groups of child sex abusers in a trial to its assessment and intervention is carried out more appropriately.

Considering the relevance of the issue in question and the lack of empirical evidence for this population both nationally and internationally, we sought to elucidate this thesis with some concepts related to the sexual abuse of children as well as provide a better understanding of etiology by the most appropriate multi-factor theories for the explanation of offensive sexual behavior. It ends with the illustration and analysis of a representative case of a real situation of a young woman accused of crimes of sexual abuse of children and child pornography. Taking into account the psychological evaluation performed on the defendant showed up in her developmental process the existence of a set of risk factors will have an enhanced set of weaknesses. Such weaknesses, associated with certain personal characteristics of the defendant, have increased her vulnerability to commit sexual abuse of children. In this sense, it is also proposed an intervention with the defendant in some dimensions considered relevant for her reintegration and building a future plan of life. Despite the existence of inherent limitations of empirical study, the same considerations addressed in the permit trigger for undertaking further investigations into this subject, which reveals pertinent given the shortages.

Key-words: child sexual abuse, women perpetrators, study case.

Resumen

Las situaciones de abuso sexual infantil en las cuales el abusador es una mujer tuvieron en los últimos años un especial reconocimiento por parte de la comunidad científica, como lo demuestra el aumento significativo de la investigación sobre este tema. En la mayoría de los casos la metodología utilizada fue el estudio de caso. Los delitos sexuales cometidos por mujeres presentan un conjunto de características especiales, algunas de ellas distintas de las situaciones en que los abusadores son hombres. Por ello, es posible crear tipologías que combinan características de los diferentes grupos de abusadores sexuales de niños en un intento de realizar de la forma más adecuada posible su evaluación y la posterior intervención.

Teniendo en cuenta la relevancia del tema en cuestión y la falta de evidencia empírica sobre esta población tanto a nivel nacional como internacional, intentamos, con este trabajo, desarrollar algunos conceptos relacionados con el abuso sexual infantil, así como proporcionar una mejor comprensión de la etiología de este abuso a través de distintas explicaciones teóricas sobre la conducta sexual ofensiva. Este trabajo termina con la ilustración y el análisis de un caso representativo de una situación real de una joven acusada de delitos de abuso sexual de menores y pornografía infantil. Teniendo en cuenta la evaluación psicológica realizada a la parte demandada, esta joven ofensora muestra, en su proceso de desarrollo, la existencia de un conjunto de factores de riesgo que probablemente hayan potenciado, a su vez, un conjunto de fragilidades. Esas debilidades, asociadas a determinadas características personales de la acusada, han aumentado la vulnerabilidad de la joven ofensora para cometer los abusos. En este sentido, también se propone una intervención con la acusada en algunos aspectos considerados relevantes para su reintegración y la creación de un plan de vida futuro. A pesar de la existencia de ciertas limitaciones inherentes a este tipo de estudio empírico, el análisis y las consideraciones aquí recogidas pueden servir de estímulo para futuras investigaciones sobre este tema, lo que se revela pertinente habida cuenta de la escasez de estudios ya mencionada.

Palabras-clave: abuso sexual infantil, abusadoras mujeres, estudio de caso.

Índice

Introdução	11
Enquadramento Teórico	13
Capítulo 1: Abuso Sexual de Crianças	14
1.1. Pedofilia	17
Capítulo 2: Abordagens sobre o comportamento sexual ofensivo	20
2.1. Modelo das Quatro Pré-Condições de Finkelhor	21
2.2. Teoria Integrativa de Marshall e Barbaree	23
2.3. Modelo Quadripartido de Hall e Hirschman	26
2.4. Modelo das Trajectórias de Ward e Siegert	28
2.5. Conclusão	32
Capítulo 3: Caracterização dos abusadores sexuais de crianças	33
3.1. Tipologias dos abusadores sexuais de crianças	38
3.2. Jovens abusadores sexuais de crianças	41
3.2.1. Tipologias dos jovens abusadores sexuais de crianças	44
3.3. Abusadoras sexuais de crianças	46
3.3.1. Tipologias das abusadoras sexuais de crianças	50

Estudo Empírico	52
Capítulo 4: Metodologia	53
4.1. Objectivos	53
4.2. Método	53
4.3. Apresentação do caso	55
4.3.1. Caracterização Sócio-demográfica do Caso	57
4.3.2. Enquadramento Jurídico-Penal do Caso	59
4.4. Discussão do caso	62
4.5. Conclusão	67
Considerações Finais	72
Referências Bibliográficas	75

INTRODUÇÃO

O abuso sexual de crianças tem progressivamente adquirido interesse a nível científico pelo impacto causado em todos os seus intervenientes, pelo risco de reincidência existente em crimes desta natureza e numa tentativa de conceber estratégias e planos de avaliação e intervenção quer com as vítimas quer com os abusadores sexuais. Assim, com a crescente investigação no âmbito desta temática verifica-se uma progressiva tomada de conhecimento da perpetração de crimes sexuais por parte de indivíduos do sexo feminino (habitualmente retratados como vítimas) e respectivas particularidades, permanecendo ainda evidências de um diferente tratamento a nível processual penal assente na construção social de género.

Não obstante, urge evidências empíricas que proporcionem e sustentem uma acrescida elucidação das situações de abuso sexual de crianças perpetradas por indivíduos pertencentes ao sexo feminino quer a nível internacional quer relativamente à realidade da população portuguesa.

Mediante estes aspectos, a presente dissertação objectiva facultar uma compreensão do fenómeno do abuso sexual a crianças sendo a perpetradora do sexo feminino, inicialmente através de uma revisão da literatura onde serão abordadas as definições de abuso sexual de crianças e pedofilia e posteriormente serão explanados os modelos teóricos explicativos do comportamento sexual ofensivo de tipo multi-factorial e considerados os mais adequados neste contexto, assim como as tipologias caracterizadoras dos abusadores sexuais de criança, efectuando uma comparação entre ambos os sexos e entre abusadoras jovens.

Do mesmo modo, numa tentativa de retratar a conceptualização teórica apresentada, a componente empírica diz respeito ao estudo de um caso de abuso sexual de crianças perpetrado por uma jovem do sexo feminino, com o qual foi tomado conhecimento a partir do local de realização de estágio académico. Utilizando uma metodologia qualitativa proceder-se-á a uma apresentação do caso e respectivo enquadramento jurídico-penal tendo em conta as informações obtidas acerca do mesmo, seguidos de uma discussão do caso em estudo apoiada nos conceitos e modelos teóricos explanados, visando uma caracterização da jovem e explicação da conduta da mesma

tendo em consideração os factores de risco e factores de vulnerabilidade por ela evidenciados.

Em jeito de conclusão, serão apresentadas algumas considerações com base no trabalho realizado ao longo da dissertação e reflexão sobre o mesmo, assim como perspectivas futuras ao nível da investigação no âmbito desta temática.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1: ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

O fenómeno do abuso sexual de crianças como objecto de preocupação social e de interesse científico por parte das mais diversas áreas tornou-se evidente a partir do final da década de 70/início da década de 80, influenciado pelo movimento pela luta dos direitos das mulheres e das crianças e pelos dados resultantes de estudos epidemiológicos realizados no âmbito desta temática (Machado, 2003; Maria, 2007).

Em Portugal, o tema revela-se alvo de interesse público com a tomada de conhecimento de casos de abuso sexual de crianças em contexto institucional, o que despoletou a realização de estudos e eventos científicos e a revisão do código penal (Fávero, 2003).

Estas questões possuem influência na conceptualização de abuso sexual, sendo proeminente a ausência de consenso sobre este conceito, na medida em que se verifica a existência de diversas definições que variam geralmente nas idades limite e nas condutas consideradas abusivas (Machado, 2003; Pakes & Winstone, 2007). Tal variabilidade de conceitos encontra-se igualmente associada à utilização de critérios distintos por parte dos autores e à subjectividade inerente ao abuso sexual de crianças e característica de todos os seus intervenientes (Fávero, 2003). Perante a inexistência de uma definição unânime surgem dificuldades na operacionalização da mesma e, conseqüentemente, na comparação e generalização dos resultados obtidos nas investigações efectuadas dado que estes são discrepantes (Haugaard, 2000, citado por Machado, 2003; Saewyc, Pettingell & Magee, 2003).

Não obstante, verifica-se que determinados critérios são comuns às definições mais frequentemente utilizadas na literatura, nomeadamente a relação existente entre vítima e ofensor, o facto de o acto ser considerado abusivo independentemente da idade do perpetrador, a exploração da criança, a inclusão de ofensas que não exigem o contacto físico e o nível de gratificação obtido pelo ofensor (Finkelhor, 2009; Kinnear, 2007).

O abuso sexual consiste então no envolvimento da criança ou adolescente em actividades cujo objectivo é a satisfação sexual do adulto ou jovem, da criança ou de

outrem, nas quais pode não ocorrer o contacto físico (e.g. exibicionismo, utilização do menor em filmes, fotografias ou gravações pornográficas, obrigar o menor a presenciar ou tomar conhecimento de conversas ou objectos pornográficos), sendo que o menor, dado o seu estágio de desenvolvimento, não compreende totalmente e não dá o seu consentimento de forma consciente (Canha, 2003; Magalhães, 2005; Soeiro, 2009). Desenvolve-se deste modo uma complexa relação entre vítima e agressor caracterizada por uma assimetria de poder e na qual a criança não possui capacidade de se autodeterminar dado o seu nível de desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social (Fávero, 2003; Furniss, 1993).

De um ponto de vista jurídico, o abuso sexual de crianças, sendo um comportamento que causa dano e apresenta consequências ao nível do desenvolvimento psico-sexual do menor, constitui um crime e como tal encontra-se previsto no Código Penal Português (2008) integrando a Secção II – Crimes contra a autodeterminação sexual, do Capítulo V. De acordo com o artigo 171º do Código Penal (2008) é punido pelo crime de abuso sexual de crianças quem “*praticar acto sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa*”, sendo que este pode “*consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos*”, assim como a importunação do menor “*por meio de conversa, escrito, espectáculo ou objecto pornográficos*”. Na mesma secção estão contemplados os crimes de abuso sexual de menores dependentes, actos sexuais com adolescentes, o recurso à prostituição de menores, lenocínio de menores e pornografia de menores e, encontra-se previsto o agravamento das penas para os crimes referidos para casos em que o agente tem especial ascendência sobre o menor.

Apesar de se verificar uma maior taxa de denúncia em extractos socioeconómicos mais desfavorecidos pela sua exposição a instituições de apoio social e pela inferior capacidade de ocultação de condutas desviantes (Fonoaudiol & Bacteriol, 2002; Wolfe & Birt, 1997 citado por Machado, 2003), o abuso sexual de crianças é um fenómeno transversal a todas as sociedades, classes sociais e estatutos económicos. No entanto, a “síndrome de segredo” (Furniss, 1993) que o caracteriza e que se estende a todo o tecido social, permite apoiar a ideia de que as denúncias não são representativas da real incidência deste tipo de situações.

De acordo com dados do Relatório anual de avaliação da actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, 2009), de todos os casos sinalizados 1,9% são respeitantes a casos de abuso sexual, sendo estes mais frequentes em menores entre os 6 e os 10 anos de idade e em menores do sexo feminino.

Em Portugal não existem estudos de prevalência dos abusos sexuais de crianças, mas os autores indicam que as estatísticas nacionais não serão significativamente diferentes das estatísticas obtidas por investigações internacionais, estimando-se que uma em cada quatro mulheres e um em cada dez homens tenham sido vítimas de abuso sexual (Maria, 2007). Em meta-análises realizadas por Finkelhor (2009), o autor encontrou numa primeira uma prevalência de casos de abuso sexual de crianças entre 30 a 40% para o sexo feminino e de 13% para indivíduos do sexo masculino e, noutra, uma prevalência de 25% para o sexo feminino e 8% para o sexo masculino. Os diferentes resultados encontrados prendem-se com questões relacionadas com a metodologia, as definições e instrumentos de medida utilizados (Finkelhor, 2009; Saewyc, Pettingell & Magee, 2003).

Para a ocorrência de abuso sexual de crianças concorrem factores associados ao abusador e que serão posteriormente abordados ao longo do presente trabalho e factores de vulnerabilidade da própria criança e do contexto, nomeadamente a inserção num modelo familiar patriarcal, baixo nível socioeconómico e isolamento social, ausência de suporte emocional e afectivo, transmissão intergeracional do abuso, relação conjugal problemática, dificuldades de comunicação entre os diversos membros e ausência de supervisão dos menores (Aguilar & Michel, 2000; Dulcey, 2007; Furniss, 2002; Machado, 2003).

O abuso sexual intra-familiar, isto é, que ocorre entre elementos da mesma família independentemente do grau de parentesco, constitui, de acordo com os estudos de caracterização realizados, o tipo de abuso sexual de crianças que ocorre com maior frequência (Canha, 2003; Cordeiro, 2008; Danni & Hampe, 2000 citado por Soeiro, 2009; Fischer & McDonald, 1998 citado por Machado, 2003; Fonoaudiol & Bacteriol, 2002; Grubin, 1998 citado por Pakes & Winstone, 2007; Wolfe & Birt, 1997 citado por

Machado, 2003). As situações de abuso perpetradas por um membro familiar estão associadas a uma maior duração e escalada de violência, em comparação com casos de abuso sexual de crianças extra-familiar e à medida que o familiar abusador é mais próximo, isto é, quanto mais significativa é a relação emocional entre vítima e perpetrador mais danos psicológicos são ocasionados pela relação abusiva (Fischer & McDonald, 1998 citado por Machado, 2003; Sholevar & Schwoer, 1999; Soeiro, 2009).

Russel (1983 citado por Wolfe & Birt, 1997, citado por Machado, 2003) diferenciou tipos de abuso sexual de crianças consoante a sua severidade, sendo o abuso muito severo a cópula vaginal, anal ou oral, o severo correspondendo à penetração digital, simulação de coito e, o menos severo, associado às carícias sexuais e beijos forçados.

Grande parte das situações de abuso ocorre no domicílio da vítima e seguidamente na residência comum a vítima e abusador, verificando-se em menor número agressões em espaço público e em residências de familiares do abusador ou da vítima (Fávero, 2003; Fonoaudiol & Bacteriol, 2002).

1.1. Pedofilia

Os conceitos de abuso sexual de crianças e de pedofilia são frequentemente utilizados como sinónimos por parte de diversos autores, no entanto existem diferenças entre ambos que importam ser abordadas.

A pedofilia está definida no Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais – DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2002) como uma parafilia, ou seja, um desvio relativamente ao que é sexualmente atractivo para determinado indivíduo, caracterizado pela presença de impulsos, desejos e fantasias sexuais que podem envolver objectos inanimados, humilhação do próprio ou do outro, crianças ou outras pessoas sem o seu consentimento, sendo estes aspectos imprescindíveis para a excitação sexual ou obtenção do orgasmo (Cordeiro, 2008;

Gomes & Coelho, 2003 citado por Soeiro, 2009). As parafilias podem categorizar-se em dois grupos: um relativamente à prática sexual e outro relacionado com o objecto de atracção sexual e no qual se inclui a pedofilia (Cordeiro, 2008).

Deste modo, a pedofilia constitui uma parafilia que se caracteriza pela atracção sexual persistente por crianças pré-púberes (13 anos de idade ou menos) de ambos os sexos, evidenciada através de fantasias, pensamentos e impulsos sexualmente excitantes de forma intensa e recorrente e/ou comportamentos que impliquem a actividade sexual, ao longo de um período mínimo de seis meses (American Psychiatric Association, 2002; Beier et al., 2009; Blanchard, 2009; Cordeiro, 2008; Seto, 2009). A actividade de indivíduos com pedofilia pode cingir-se a crianças do meio familiar ou vitimar crianças exteriores à família e as vítimas são geralmente do sexo feminino (American Psychiatric Association, 2002; Cordeiro, 2008; Dulcey, 2007), apesar de estudos demonstrarem que indivíduos que vitimam crianças do sexo masculino são mais activos e apresentam maior taxa de reincidência (Salter, 2003). Para muitos sujeitos com esta perturbação, e tendo em conta a natureza egossintónica da mesma, este padrão de fantasias, impulsos e comportamentos pode não causar mal-estar significativo e ser acompanhado de racionalizações no sentido de justificar e minimizar tal conduta (American Psychiatric Association, 2002; Cohen & Galynker, 2009; Kemshall, 2004).

O diagnóstico de pedofilia não requiere a ocorrência de uma ofensa sexual, alguns indivíduos com esta parafilia limitam a sua actividade à observação de crianças ou ao recurso a um suporte imaginário de fantasias e pensamentos (American Psychiatric Association, 2002; Cordeiro, 2008). Por outro lado, os sujeitos que vitimam crianças desenvolvem técnicas de aproximação, manipulação e sedução, assim como de obtenção do segredo por parte das mesmas, demonstrando no seu comportamento um processo de planeamento mais do que impulsividade (American Psychiatric Association, 2002; Cordeiro, 2008; Devoto & Aravena, 2003; Howitt, 2009; Salter, 2003). Numa investigação realizada por Elliot e colaboradores (1995 citado por Salter, 2003) aproximadamente 50% dos sujeitos da amostra referiu escolher crianças mais vulneráveis e com menor baixa auto-estima e usar técnicas de chantagem e manipulação como a oferta de presentes.

Pode identificar-se dois tipos de pedofilia: tipo exclusivo, onde se agrupam os indivíduos cuja preferência sexual é exclusivamente por crianças; e, tipo não exclusivo, onde se incluem os indivíduos que por vezes também se sentem atraídos por adultos (American Psychiatric Association, 2002; Cordeiro, 2008). Relacionados com estes termos são ainda considerados por alguns autores os conceitos de pedófilos verdadeiros, os quais demonstram atracção e impulsos sexuais persistentes por crianças pré-púberes e apresentam maior risco de reincidência e, pedófilos oportunistas, cujo foco de atracção sexual é menos centrado em crianças e o envolvimento sexual com estas pode depender de factores circunstanciais (e.g. abuso de substâncias, dificuldades no relacionamento com um companheiro adulto, vivência de períodos de stress) (Ames & Houston, 1990; Cohen & Galynger, 2009; Cordeiro, 2008; Seto, 2008 citado por Cohen & Galynger, 2009).

A grande maioria dos sujeitos com este diagnóstico recorre ao uso de pornografia infantil e o risco de abuso sexual de crianças é superior nestes casos (Seto, 2009).

Tal como as restantes parafilias (à excepção do masochismo sexual) a pedofilia apresenta maior prevalência em indivíduos do sexo masculino (American Psychiatric Association, 2002; Charlton, 1997 citado por Devoto & Aravena, 2003; Cordeiro, 2008; Finkelhor, 1984 citado por Maia, Pombo, Monteiro & Fernandez, 2009; Greenfeld, 1996 citado por Seto, 2009; Moutik & Vuong, 2002 citado por Seto, 2009; Salter, 2003; Soeiro, 2009). Contudo, e apesar de raros, existem registos de mulheres com diagnóstico de pedofilia e estima-se que estes estejam sub-representados em relação à realidade da pedofilia feminina (Cohen & Galynger, 2009; Elliot, 1992 citado por Cordeiro, 2008; Seto, 2009).

Constitui uma perturbação cujo início ocorre geralmente no início da adolescência e a sua evolução é crónica, particularmente em sujeitos cuja atracção sexual é por crianças do sexo masculino (American Psychiatric Association, 2002).

Neste seguimento, pode concluir-se que as definições de abuso sexual de crianças (conceito legal) e de pedofilia (conceito médico) não se sobrepõem na medida em que, nem todas as situações de abuso sexual correspondem a casos de pedofilia nem

todos os indivíduos com diagnóstico de pedofilia são abusadores sexuais (Beier et al., 2009; Howitt, 2009; Konopasky & Konopasky, 2000 citado por Kingston, Firestone, Moulden & Bradford, 2007; Landini, 2003; Martins & Carneiro de Sousa, 2004; Salter, 2003; Seto, 2009; Soeiro, 2009). Estudos realizados demonstram que entre 40 a 50% dos ofensores sexuais de crianças não preenchem os critérios para o diagnóstico de pedofilia (Seto, 2009) e 40% dos ofensores sexuais não manifestam diferenças na resposta a estímulos sexuais descrevendo crianças comparativamente a estímulos sexuais descrevendo adultos (Seto & Lalumière, 2001 citado por Seto, 2009).

Comparativamente a agressores sexuais não pedófilos, indivíduos com pedofilia tendem a vitimar um maior número de crianças, usam um menor grau de violência e hostilidade nas agressões uma vez que recorrem a estratégias de chantagem e manipulação, apresentam níveis mais elevados de atracção sexual desviante, demonstram mais distorções cognitivas no que respeita à actividade sexual com crianças e manifestam mais comorbidades psiquiátricas (Ames & Houston, 1990; Beier et al., 2009; Cohen & Galyner, 2009; Devoto & Aravena, 2003; Kingston, Firestone, Moulden & Bradford, 2007; Marsden, 2009; Seto, 2009).

CAPÍTULO 2: ABORDAGENS SOBRE O COMPORTAMENTO SEXUAL OFENSIVO

A temática da criminalidade sexual tem vindo a ser alvo de teorizações e investigações por parte de diversas áreas científicas objectivando a clarificação da sua etiologia, processos subjacentes e factores biológicos, psicológicos e sociais inerentes ao perpetrador da ofensa sexual assim como as circunstâncias em que a mesma ocorre.

Pode verificar-se a existência de perspectivas teóricas com distintos níveis de compreensão do fenómeno da criminalidade sexual: nível I, correspondente às teorias multi-factoriais que assentam numa visão holística das situações de ofensas sexuais, identificando e analisando os vários aspectos que as determinam e como estes interagem entre si de forma a conduzir ao cometimento da agressão; nível II, onde se incluem as

teorias unifactoriais, as quais analisam e descrevem factores singulares relevantes para a origem da ofensa sexual e mecanismos a eles associados; e, nível III, concepções teóricas que, mais do que descrições, procedem a análises aprofundadas e pormenorizadas dos aspectos psicológicos, motivacionais, cognitivos, comportamentais, sociais e temporais subjacentes às situações de ofensas sexuais (Howitt, 2009; Ward, Polaschek & Beech, 2006; Ward & Siegert, 2002).

Perante a inexistência de um enquadramento conceptual que englobe os conteúdos abordados nos três níveis e considerando ser redutora uma explicação do comportamento sexual abusivo com base em factores singulares, será realizada a explanação de alguns dos principais modelos teóricos de tipo multi-factorial compreensivos deste tipo de conduta, tendo em consideração as referências teóricas existentes em relação ao mesmos e a sua aplicabilidade, abordando as potencialidades e limitações de cada um.

2.1. Modelo das Quatro Pré-Condições de Finkelhor

A perspectiva proposta por Finkelhor (1984, citado por Ireland & Worthington, 2009) foi pioneira na concepção do abuso sexual de crianças como um fenómeno complexo e cuja explicação deve ser realizada a partir de uma visão holística e considerando diversos factores, em detrimento dos modelos baseados em factores isolados.

O autor sugere a existência de quatro pré-condições para que o abuso sexual ocorra: motivação para o envolvimento sexual com uma criança, decorrente de crenças e atitudes do sujeito e pela sua incapacidade em satisfazer as suas necessidades sexuais de forma socialmente aceitável; superação das inibições internas que impedem que actue no sentido de concretizar essa motivação (e.g., através do abuso de álcool, consumo de estupefacientes, racionalizações); superação das inibições externas, manipulando o ambiente e as pessoas com o objectivo de obter acesso à criança; e, superação da resistência da criança ao abuso, recorrendo a estratégias de manipulação,

sedução, ameaça e dessensibilização para o envolvimento sexual (Finkelhor, 1986 citado por Pakes & Winstone, 2007).

Para a explicação destas pré-condições, e como tal, do comportamento dos agressores sexuais, contribuem quatro factores que incorporam variáveis psicológicas, sociais, culturais e biológicas (Ward & Hudson, 1998).

O primeiro factor é a congruência emocional entre a personalidade do agressor (baixa auto-estima, imaturidade, necessidade de domínio, narcisismo) e o estágio de desenvolvimento da criança, pressupondo que o agressor possui carências emocionais infantis que satisfaz no contexto das relações com crianças (Fávero, 2003; Howitt, 2009).

O segundo factor é referente à atracção sexual por crianças, descrita pelo autor como podendo ser resultado da própria vitimação do agressor na infância ou pela aprendizagem, através de um processo de modelagem, de que os adultos obtêm satisfação nas relações sexuais com crianças. Esta aprendizagem pode ocorrer pela observação de um modelo ou pela interpretação de determinadas expressões por parte de crianças de que estas pretendem envolver-se sexualmente com adultos (Fávero, 2003; Howitt, 2009). Segundo Finkelhor (1984, citado por Fávero, 2003) a atracção sexual por crianças pode, em determinados casos, ser determinada por questões biológicas genéticas ou de origem hormonal.

Um outro factor é referente aos bloqueios ou dificuldades no relacionamento com outros adultos associados ao défice de competências sociais e deste modo, o interesse sexual por crianças surge como resposta a este bloqueio da satisfação com pessoas adultas (Howitt, 2009). Este factor pode subdividir-se em bloqueio do desenvolvimento, relacionado com um processo de socialização assente numa educação repressiva e de frustração das primeiras relações; e, bloqueio situacional ou circunstancial, que surge no seguimento de crises matrimoniais e de normas sociais rígidas no que concerne a questões da sexualidade (Fávero, 2003).

O quarto e último factor diz respeito à desinibição relativamente às normas referentes às relações sexuais com crianças que gera uma incapacidade de controlar a

atração sexual pelas mesmas e que pode ser influenciada pelo abuso de álcool ou de estupefacientes, por condições psicopatológicas ou pela vivência numa subcultura caracterizada pela tolerância face a este tipo de relações e pelo isolamento social (Fávero, 2003; Howitt, 2009).

O modelo das quatro pré-condições de Finkelhor foi a primeira perspectiva teórica explicativa do comportamento sexual ofensivo de crianças, introduzindo inovações relativamente à avaliação e a planos de intervenção adequados ao nível sociocultural e risco de reincidência de cada agressor (Howitt, 2009). Nesta abordagem está igualmente incluído, pela primeira vez nas tentativas de explicação da criminalidade sexual, o papel da cognição como componente fundamental, ao abordar as inibições internas e externas que permitem ao ofensor evitar a responsabilização pela sua conduta e reconhece-la como abusiva e danosa para a vítima (Finkelhor, 1984 citado por Schneider & Wright, 2004).

Por outro lado, a abordagem carece de suporte empírico e sendo baseada numa panóplia de teorias psicológicas distintas como a psicanálise, aprendizagem social e teorias atribucionais, verifica-se uma certa sobreposição e imprecisão ao nível dos diferentes constructos utilizados (Ward & Hudson, 2001). Uma outra limitação diz respeito ao facto de o modelo considerar as motivações já presentes não ficando claro quais as origens das mesmas, assim como o desenvolvimento da ofensa sexual e o papel da interacção dos quatro factores no mesmo (Howitt, 2009; Ward & Hudson, 2001).

2.2. Teoria Integrativa de Marshall e Barbaree

Um dos melhor desenvolvidos e mais influentes modelos no contexto das ofensas sexuais, a Teoria Integrativa de Marshall e Barbaree (1990), congrega as teorias desenvolvimental e da aprendizagem social e considera a influência dos diferentes factores psicológicos, sociais e biológicos na etiologia e manutenção das agressões sexuais (Ireland & Worthington, 2009; Mezquita, 2007; Pakes & Winstone, 2007).

Ao longo do processo de socialização, as crianças aprendem a inibir condutas agressivas, a controlar impulsos e a compreender as normas do comportamento sexual, o que lhes permitirá desenvolver adequadas competências sociais e de relacionamento interpessoal. No entanto, alguns indivíduos falham nesta aprendizagem apresentando conseqüentemente, maior probabilidade de exibir modelos internos disfuncionais relativamente à sexualidade e à agressão, em virtude de um conjunto de fenómenos desenvolvimentais e situacionais que decorrem de experiências adversas vividas na infância e que incrementam o risco de violência sexual (Marshall & Barbaree, 1990; Ward, Polaschek & Beech, 2006).

Dos fenómenos desenvolvimentais referidos salientam-se o estilo educativo parental inadequado, inconsistente e severo, a vitimação física, psicológica e/ou sexual ou a exposição a violência e, o estilo de vinculação desenvolvido com o prestador de cuidados (Marshall & Barbaree, 1990; Mezquita, 2007). Agressores sexuais possuem maior tendência para apresentar um estilo de vinculação inseguro associado a défices nas competências de resolução de problemas, baixa auto-estima e auto-conceito, défices de empatia e dificuldades na expressão de sentimentos e emoções (Marshall & Barbaree, 1990; Mezquita, 2007; Ward, Polaschek & Beech, 2006).

Estas vivências e respectivas conseqüências serão igualmente cruciais na passagem da infância para a adolescência, período de desenvolvimento de *scripts* sexuais, de crenças e atitudes face ao que é ou não adequado no que diz respeito à sexualidade e às suas formas de expressão. Do mesmo modo, os autores atribuem preponderância às influências genéticas, nomeadamente às vias neuronais da agressão e do comportamento sexual, considerando que ambos os comportamentos apresentam uma etiologia comum, ao nível de estruturas cerebrais como o hipotálamo, amígdala e corpo estriado e que confluem em experiências análogas (Marshall & Barbaree, 1990; Marshall & Marshall, 2000; Mezquita, 2007).

Assim, a proveniência de um contexto familiar e social deficitário, a existência de uma predisposição biológica para a agressão e as modificações e alterações hormonais características da adolescência, convergem para o estabelecimento de uma

associação entre sexo e violência, fincando tendências sexuais desviantes já existentes (Marshall & Barbaree, 1990; Marshall & Marshall, 2000).

Enquanto jovens adultos, os défices de competências sociais e as dificuldades para manter relacionamentos com os outros fazem emergir sentimentos de rejeição e de inadequação, resultando numa baixa auto-estima, maior nível de agressividade e atitudes negativas face ao sexo oposto, que se reflectem no incremento do desejo sexual e no surgimento de fantasias sexuais desviantes. Especificamente no caso dos abusadores sexuais, estes podem perspectivar o relacionamento com crianças como mais seguro e como sendo menor a probabilidade de serem rejeitados por parte destas, que constituirão igualmente o meio de libertação da tensão sexual e de aumento de poder e controlo (Marshall & Barbaree, 1990; Marshall & Serran, 2000).

Em interacção com os factores desenvolvimentais anteriormente referidos, concorrem para o aumento da vulnerabilidade ao cometimento de ofensas sexuais, um conjunto de variáveis situacionais e transitórias, nomeadamente períodos de stress, intoxicação pelo consumo de álcool e/ou substâncias ilícitas, estímulos sexuais e presença e vulnerabilidade de uma potencial vítima (Marshall & Barbaree, 1990).

O modelo teórico de Marshall e Barbaree (1990) representa um avanço no âmbito das ofensas sexuais ao focar-se na vulnerabilidade e necessidades psicológicas para clarificar o modo como as adversidades relacionais e sociais que ocorrem ao longo do desenvolvimento do indivíduo contribuem para o cometimento de ofensas sexuais e, ao alertar para a natural interacção entre os distintos factores. Do mesmo modo, permitiu a identificação de novas áreas a ter em conta nos planos de intervenção, tais como a auto-estima, estratégias de *coping* e défices ao nível da intimidade (Ireland & Worthington, 2009).

Por outro lado, dada a abrangência desta abordagem, não se verifica a distinção dos aspectos que permitem diferenciar agressores sexuais de outros criminosos, nem dos factores directamente associados aos diferentes crimes sexuais (Ireland & Worthington, 2009).

Muito embora seja viável para a explicação de casos em que as ofensas sexuais tenham início precoce, particularmente na adolescência, a presente perspectiva não aborda claramente os processos envolvidos nas situações cujo comportamento sexual ofensivo se manifesta na idade adulta (Ward, 1999).

Uma outra crítica passível de ser atribuída a esta teoria é efectuada por Ward, Polaschek e Beech (2006) e tem a ver com o facto de Marshall e Barbaree (1990) considerarem que sexo e agressão possuiriam uma via neuronal comum e como tal estes dois constructos se sobreporiam. De acordo com investigações realizadas a agressividade apenas é um aspecto central em crimes de violação, o que não é aplicável nos crimes de abuso sexual de crianças, de modo que o facto de as estruturas cerebrais serem comuns não implica por si só que agressividade e sexualidade desencadeiem experiências similares, na medida em que podem ser diferentemente desencadeados e originarem respostas divergentes (Ward, Polaschek & Beech, 2006).

2.3. Modelo Quadripartido de Hall e Hirschman

Sendo inicialmente elaborado no sentido de explicar os crimes de violação, o Modelo Quadripartido de Hall e Hirschman (1992, citado por Ward & Beech, 2006) foi obtendo maior reconhecimento com a sua adaptação para situações de abuso sexual de crianças.

De acordo com a presente perspectiva teórica os crimes de natureza sexual resultam da existência e interacção de quatro componentes: activação sexual fisiológica, crenças erróneas, descontrolo emocional e perturbações de personalidade. Os três primeiros aspectos dizem respeito a características estado e como tal dependem de factores situacionais; a quarta componente, perturbações de personalidade, representa uma característica traço, é estável no tempo e ao ser impulsionada em determinados contextos desencadeia os três restantes componentes (Ward & Beech, 2006).

Não obstante o contributo de todos os componentes para a motivação para a perpetração de ofensas sexuais e a interacção entre os mesmos, em cada indivíduo há um componente que se sobressai e que é primordial no comportamento sexual ofensivo e é consoante esta conjugação dos componentes que resultam diferentes categorias de abusadores sexuais: preferenciais, situacionais e incestuosos (Ward & Beech, 2006).

A proposta teórica de Hall e Hirschman constitui um contributo significativo na temática das ofensas sexuais ao incluir a influência de factores clínicos e de défices psicológicos individuais neste tipo de conduta e, ao elaborar uma categorização de diferentes tipologias de abuso sexual resultantes de trajectórias etiológicas distintas. Similarmente, permitiu dar conhecimento da heterogeneidade que caracteriza o grupo dos agressores sexuais, aspecto pertinente no que respeita a propostas de planos de intervenção psicológica com estes indivíduos. Uma outra potencialidade do modelo está relacionada com a introdução do conceito de limiar crítico da ofensa, permitindo a explicação do facto de agressores sexuais e não agressores possuírem vulnerabilidades comuns mas que só resultam em ofensas quando em interacção com outros factores circunstanciais (Beech & Ward, 2004; Ward & Sorbello, 2003).

Não descurando das suas potencialidades, este modelo apresenta identicamente algumas limitações sendo por isso alvo de algumas críticas, nomeadamente pelo facto de considerar que cada factor, na ausência dos restantes três, pode contribuir para diferentes tipos de abusadores sexuais e, deste modo, não consiste numa real teoria multi-factorial que pressupõe que para uma certa forma de comportamento existem vários factores que o determinam. Outra crítica efectuada é a falta de clareza ao nível dos constructos abordados e uma certa inconsistência teórica, nomeadamente na diferenciação entre factor traço e factor estado assim como na explicitação de como os componentes se potenciam e combinam entre si resultando no comportamento sexual ofensivo (Ward, Polaschek & Beech, 2006).

2.4. Modelo das Trajectórias de Ward e Siegert

O Modelo das Trajectórias de Ward e Siegert (2002) foi primeiramente formulado com o objectivo de constituir uma teoria unificadora das teorias anteriormente explicitadas, visando colmatar as limitações das mesmas através da incorporação das suas características fundamentais e proporcionando uma compreensão do comportamento sexual ofensivo com base em variáveis psicológicas, sociais, cognitivas e sexuais (Jones & Wilson, 2009).

No âmbito da explicação das ofensas sexuais os autores efectuaram a distinção entre dois tipos de factores relacionados com este tipo de conduta desviante: factores distais, que constituem predisposições individuais cuja origem pode ser genética ou podem surgir ao longo da infância do indivíduo, são mecanismos psicológicos que podem contribuir para o cometimento da ofensa quando em interacção com factores ambientais; e, factores proximais, que consistem em agentes situacionais ou ambientais (e.g. períodos de stress, estados de humor) que activam as predisposições do indivíduo (factores distais) desencadeando a ofensa sexual (Howitt, 2009).

De acordo com este modelo a etiologia das ofensas sexuais é explicada pela existência de trajectórias independentes que envolvem mecanismos psicológicos disfuncionais que actuam como factores de vulnerabilidade e são influenciados pelos factores distais e proximais (Ward & Sorbello, 2003). Estes mecanismos são os défices de intimidade e de competências sociais, os *scripts* sexuais desviantes, a desregulação emocional e as distorções cognitivas, cada um deles representando factores etiológicos específicos e associados a diferentes perfis psicológicos e comportamentais e défices subjacentes (Ward & Sorbello, 2003). Apesar dos mecanismos enunciados interagirem sempre de forma a desencadear a ofensa sexual, cada trajectória etiológica possui o seu mecanismo primordial que exerce especial influência sob os restantes mecanismos (Ward & Siegert, 2002).

Neste seguimento, a primeira trajectória etiológica corresponde às dificuldades no estabelecimento de relacionamentos íntimos e défices de competências sociais e na qual se incluem indivíduos que desenvolveram um estilo de vinculação inseguro com os

pais ou cuidadores do qual resultam dificuldades relacionais na vida adulta associadas a uma baixa auto-estima, dificuldades na gestão de humor, sentimentos de solidão e isolamento. Estes indivíduos abusam sexualmente em situações pontuais associadas à vivência de rejeições ou momentos de solidão e a criança representa um substituto de um companheiro adulto. Outras trajetórias, nomeadamente as distorções cognitivas, podem estar envolvidas neste tipo de ofensa que geralmente tem início na idade adulta (Howitt, 2009; Ward & Siegert, 2002).

Os *scripts* sexuais constituem a segunda trajetória etiológica, aprendem-se ao longo do desenvolvimento e estão relacionados com a interpretação de pistas e sinais manifestados num encontro sexual e de certa forma orientam o comportamento social, integrando três níveis com base nos quais se desenvolve a sexualidade dos indivíduos: interno, interpessoal e cultural (Coutinho-Pereira & Gonçalves, 2009; Ward & Siegert, 2002). Alguns indivíduos possuem distorções quanto aos *scripts* sexuais que, em interacção com padrões relacionais disfuncionais resultam na leitura dos relacionamentos interpessoais como puramente sexuais e numa confusão entre sexo e intimidade, manifestando-se na procura de parceiros sexuais inadequados (e.g. discrepância de idades), práticas sexuais desviantes ou contextos desadequados. Estes *scripts* sexuais desviantes podem ter origem na vitimação sexual na infância e estes ofensores sexuais, pelo medo de rejeição que sentem face a relações íntimas, procuram no abuso sexual a satisfação de necessidades emocionais e um sentimento de segurança a este nível (Howitt, 2009; Ward & Siegert, 2002). Numa fase após a ofensa é usual surgirem distorções no sentido de justificar o abuso sexual (Ward & Sorbello, 2003).

A terceira trajetória etiológica assenta na desregulação emocional e abrange o grupo de indivíduos que muito embora apresentem *scripts* sexuais normais demonstram dificuldades na identificação e controlo de emoções, evidenciadas nos défices de recurso a suporte social e ao uso de estratégias de *coping* quando em situações de stress, ansiedade e estados de humor negativos. Assim, bem-estar emocional e actividade sexual são associados, sendo esta última utilizada como meio para diminuir estados emocionais negativos e satisfazer as suas necessidades sexuais, especialmente em casos de exposição a actividades sexuais como a masturbação compulsiva no início da adolescência e na ausência de alternativas para aumentar a auto-estima e o humor

(Howitt, 2009; Ward & Siegert, 2002; Ward & Sorbello, 2003). Estes abusadores sexuais de crianças podem cometer ofensas quer na adolescência quer na idade adulta muito embora possam adoptar interesses sexuais não desviantes quando não se encontram em situações de stress emocional (Ward & Sorbello, 2003).

A quarta trajectória etiológica é representada pelas distorções cognitivas que, apesar de não estarem presentes nos *scripts* sexuais são demonstradas através de crenças e atitudes anti-sociais generalizadas pautadas por atitudes patriarcais e sentimentos de superioridade, em muitos casos evidenciados precocemente em perturbações do comportamento. As distorções cognitivas têm origem num conjunto de esquemas ou teorias implícitas desadaptativas sustentadas pelos ofensores sexuais, sendo cinco as teorias implícitas consideradas pelos autores: visão da criança como objecto sexual e como sendo capaz de apreciar e desejar relações sexuais com adultos; crença de que têm direito a ter necessidades sexuais e como tal a satisfaze-las com quem entenderem; pensamento de que as crianças não são tão ameaçadoras como os adultos, procurando obter no relacionamento com elas a segurança e confiança que consideram não ser possível encontrar num relacionamento com adultos; o descontrolo, atribuem às causas dos seus comportamentos factores externos (e.g. stress, efeito do álcool ou de substâncias ilícitas) em virtude dos quais não possuíam controlo das suas acções; crença de que a actividade sexual com crianças não causa dano e que estas podem beneficiar desta actividade de várias formas (Gannon, Wright, Beech & Williams, 2006; Howitt, 2009; Jones & Wilson, 2009; Ward & Siegert, 2002).

A quinta e última trajectória etiológica subordina-se aos mecanismos disfuncionais múltiplos, na qual estão incluídos os indivíduos que evidenciam *scripts* sexuais desviantes, frequentemente em consequência de história de abuso sexual ou exposição a actividades ou conteúdos de teor sexual, em simultâneo com um conjunto de défices relacionados com a regulação emocional, a vinculação e estabelecimento de relacionamentos íntimos. Devido a disfunções ao nível dos mecanismos psicológicos, estes indivíduos tendem a idealizar as relações amorosas, consolidando teorias implícitas desadaptativas acerca da actividade sexual com crianças e consequentemente, estimulando a activação de fantasias desviantes. Neste grupo encontram-se os indivíduos que apresentam características correspondentes a quadros parafilicos,

nomeadamente a pedofilia (Howitt, 2009; Ward, Polaschek & Beech, 2006; Ward & Siegert, 2002).

O modelo de Ward e Siegert foca-se na existência de factores situacionais que interagem com predisposições biológicas e psicológicas originando a ofensa sexual, sendo que esta interacção e o impacto dos referidos factores varia tendo em conta as particularidades da trajectória de cada indivíduo. A concepção teórica permite a explicação do facto de grande parte das vítimas de abuso sexual não se converterem em agressores sexuais, supondo que para tal concorrem outros factores como o tipo de abuso, nível de distorção dos *scripts* sexuais e outros factores de vulnerabilidade. O papel da cultura e influências sociais consiste num aspecto crucial no modelo em questão, especialmente no que diz respeito ao estatuto de mulheres e crianças e às crenças face à sexualidade, influenciando a propensão para o cometimento de ofensas sexuais. Destas representações discrepantes entre papéis feminino e masculino conjuntamente com a maior frequência de défices apresentados em trajectórias de indivíduos do sexo masculino, os autores explicam o facto de a criminalidade sexual ser maioritariamente cometida por agentes masculinos (Ward & Siegert, 2002; Ward & Sorbello, 2003).

A introdução do conceito de teorias implícitas nos abusadores sexuais de crianças é uma das potencialidades do modelo, permitindo a explicação do surgimento de justificações e expressões comuns destes indivíduos após o cometimento do abuso, tal como a diminuição das inibições que impedem a ofensa sexual. No entanto, as teorias implícitas referidas foram desenvolvidas com base em auto-relatos de abusadores sexuais, não sendo evidente se estes são representativos das crenças e cognições desta população (Gannon, Wright, Beech & Williams, 2006).

Esta perspectiva teórica tem vindo a ser revista e aperfeiçoada e em alternativa à existência de conjuntos de mecanismos disfuncionais é proposta uma divisão das funções psicológicas em três sistemas neuropsicológicos: sistema motivacional, onde se incluem as necessidades emocionais; sistema de selecção da acção, que permite a selecção dos comportamentos necessários à concretização de objectivos; e, sistema perceptivo e mnésico, responsável pelo processamento e retenção da informação. Estes

sistemas são influenciados pela interacção entre predisposições biológicas e aprendizagens sociais, sendo que cada mecanismo e estrutura cerebral em determinadas situações se associam a distintos quadros de sintomatologia clínica. Não obstante, a forma como estes mecanismos disfuncionais geram o comportamento sexual abusivo permanece ainda pouco clarificada (Ward, Polaschek & Beech, 2006).

2.5. Conclusão

A perpetração de ofensas sexuais constitui uma problemática social complexa cuja etiologia, tendo em conta as investigações realizadas e evidências empíricas encontradas, parece ser determinada por diversos factores: biológicos, psicológicos, socioculturais e, como tal, não se equaciona uma compreensão deste tipo de conduta a partir de um único modelo teórico.

Assim, anos de investigação e prática clínica com esta população permitem a diferentes autores contribuírem com distintos aspectos pertinentes à explicação do comportamento sexual ofensivo, baseando-se num conjunto de teorias da psicologia com origens e tradições epistemológicas diferentes, designadamente teorias psicodinâmicas, da aprendizagem social e desenvolvimental.

Estudos efectuados recentemente, em simultâneo com os progressos tecnológicos ocorridos, têm acrescentado outros contributos ao nível da compreensão das ofensas sexuais como a influência de alterações cromossómicas, a presença de perturbações psicopatológicas, perturbações da personalidade, estilo de vinculação desenvolvido pelos agressores, alterações neurológicas e disfunções ao nível das estruturas e funções cerebrais (Beech & Mitchell, 2005; Maia, Pombo, Monteiro & Fernandez, 2009; Mezquita, 2007; Silva, 2009; Smallbone & Dadds, 2000; Ward & Beech, 2006; Ward, Polaschek & Beech, 2006).

Neste subcapítulo foram explanados os modelos teóricos mais referidos na literatura e melhor desenvolvidos no que concerne à explicação do comportamento

sexual ofensivo e características e dinâmicas a este subjacentes. Releva agora ter em consideração as potencialidades e contributos de cada modelo, conjuntamente com as recentes investigações realizadas neste âmbito, no sentido de progressivamente incrementar a qualidade das avaliações e intervenções com agressores sexuais.

CAPÍTULO 3: CARACTERIZAÇÃO DOS ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS

Não obstante a baixa representatividade do abuso sexual de crianças proporcionalmente à criminalidade geral, as suas consequências e elevada taxa de reincidência geram preocupações no que concerne à avaliação dos perpetradores promovendo investigações no sentido de conhecer as suas características comuns na busca de um perfil deste tipo de agressores.

Diversos estudos realizados demonstram a supremacia do sexo masculino nos abusadores sexuais de crianças (Almeida, 1997 citado por Fávero, 2003; Campos & Schor, 2008; Canha, 2003; Fávero, 2003; Serafim et al., 2009; Soeiro, 2009; Wolfe & Birt, 1997 citado por Machado, 2003; Wolfe, Wolfe & Best, 1988 citado por Machado, 2003), que se situam geralmente na faixa etária entre os 30 e os 50 anos (Cunha, 2000 citado por Soeiro, 2009; López et al., 1994 citado por Fávero, 2003; Moura, 1998 citado por Fávero, 2003) e pertencem a todos os níveis socioeconómicos, etnias e religiões (Cunha, 2000 citado por Soeiro, 2009).

A natureza da relação com a vítima tem sido igualmente alvo de interesse por parte dos investigadores, revelando que na maioria dos casos o agressor é facilmente por ela identificável, constituindo em grande parte um elemento da própria família (Aguilar & Michel, 2000; Campos & Schor, 2008; Canha, 2003; Cordeiro, 2008; Danni & Hampe, 2000 citado por Soeiro, 2009; Fischer & McDonald, 1998 citado por Machado, 2003; Fonoaudiol & Bacteriol, 2002; Giffin, 1994; Grubin, 1998 citado por Pakes & Winstone, 2007; Kinnear, 2007; Wolfe & Birt, 1997 citado por Machado, 2003), aspecto este associado a uma maior dificuldade de denúncia por parte das

vítimas o que contribui para uma maior durabilidade da relação abusiva e para a sub-notificação deste tipo de criminalidade. Efectuando uma associação entre abuso sexual intra ou extra-familiar (não existe uma relação familiar entre vítima e abusador) e a presença de pedofilia, pode verificar-se que, de acordo com um estudo realizado por Marshall (1997), o preenchimento de critérios para o diagnóstico de pedofilia é mais frequente no grupo de abusadores extra-familiares (40%) comparativamente ao grupo de agressores intra-familiares (25%). As situações de abuso sexual de crianças extra-familiar encontra-se similarmente associado a um maior recurso à violência e uso da força, dado que quando o abusador constitui um elemento familiar possui uma confiança e domínio sobre a criança que lhe permite persuadi-la para actividades sexuais sem necessitar de recorrer a actos violentos (Kemshall, 2004; Kinnear, 2007).

Os abusadores sexuais intra-familiares consistem frequentemente no progenitor ou padrasto da criança, pese embora existam situações de abuso perpetradas por tios, avós ou primos (Aguilar & Michel, 2000; Campos & Schor, 2008; Machado, 2003). Pais incestuosos evidenciam geralmente exposição a violência ou negligência na infância, proveniência de contextos familiares nos quais predomina o abuso de substâncias, apresentando usualmente uma baixa auto-estima e perturbações da personalidade como psicopatia (exploração dos outros, planeamento da situação abusiva), perturbação estado-limite da personalidade (passividade, dependência, baixa auto-estima) e perturbação paranóide da personalidade (racionalização da sua conduta, atribuição de responsabilidade ao outro), assim como uma menor excitação e estimulação sexual com companheiros adultos em relação à população geral e aos abusadores extra-familiares (Soeiro, 2009; William & Finkelhor, 1990). Os abusadores sexuais extra-familiares são, regra geral, indivíduos pertencentes a lares onde o papel da progenitora é primordial, associado à passividade ou ausência do progenitor. A sua forma de abordagem da criança é a sedução podendo similarmente recorrer a ameaças e ao uso da força e é patente a sua preferência por uma determinada faixa etária e por um determinado sexo, o que não está necessariamente relacionado com a sua orientação sexual (American Psychiatric Association, 2002; Holmes & Holmes, 1996 citado por Soeiro, 2009; Soeiro, 2009).

Motivados por distintas questões e no sentido de obter quer a participação da criança na situação de abuso quer o seu silêncio numa fase posterior à ofensa sexual, os abusadores sexuais de crianças recorrem a diversas estratégias que variam entre a manipulação, sedução, coacção e uso da força física e, até a alguns comportamentos ritualizados a partir dos quais a criança tem noção de que se seguirá o abuso (Fávero, 2003; Fonoaudiol & Bacteriol, 2002; Furniss, 1993; Kinnear, 2007; McAnulty & Adams, 1990). Wolf e Smith (1989, citado por Fávero, 2003) identificaram uma outra forma de abordagem da criança por parte dos agressores sexuais a qual denominaram por “dessensibilização da criança” ao contacto sexual que consiste no desenvolvimento de uma relação e contacto não sexual progressivos, impedindo-a de reconhecer o abuso e facilitando a obtenção do seu silêncio em relação ao mesmo. Os actos abusivos mais frequentemente perpetrados nos casos de abuso sexual são os toques e carícias sexuais à criança ou da criança ao abusador, sendo menos comuns circunstâncias que resultam em sequelas físicas nas vítimas, contrariamente ao que se verifica nos crimes de violação (Campos & Schor, 2008; McAnulty & Adams, 1990; Naves dos Reis, Martin & Ferriani, 2004).

Alvo de interesse e investigações científicas, diversos autores revelaram uma associação entre o funcionamento cognitivo dos agressores sexuais e a perpetração e manutenção de tais ofensas, aspecto igualmente evidenciado em alguns dos modelos teóricos explicativos referidos anteriormente. Uma percentagem significativa dos abusadores sexuais não admite as suas actividades sexuais com crianças assim como os seus interesses sexuais desviantes, quer pelas conseqüentes implicações legais e sociais quer pela visão distorcida que possuem deste tipo de conduta (Kinnear, 2007; McAnulty & Adams, 1990; Redondo, 2006; Stalans, 2004). Pesquisas efectuadas revelam que a negação pode ser total, nas circunstâncias em que o agressor nega qualquer envolvimento sexual com a criança, ou negação de um aspecto relativo à ofensa sexual nomeadamente do impacto na vítima, da responsabilidade pelos actos cometidos, do seu planeamento, dos interesses sexuais desviantes, do risco de reincidência e da necessidade de sanções penais e sociais por este tipo de conduta (Schneider & Wright, 2004). Deste modo, o conceito de negação encontra-se associado aos conceitos de: minimização, ao admitirem a inadequação do seu comportamento mas justificando ou

atribuindo a responsabilidade do mesmo a factores externos ou à vítima; de despersonalização, ao considerarem-se responsáveis pela ofensa sexual mas mostrando-se incapazes de assumir que são indivíduos vulneráveis para o cometimento de tais factos; e de distorções cognitivas, sendo que a negação decorre de pensamentos, crenças e perspectivas da realidade distorcidos que se expõem através de expressões e justificações do comportamento (Coutinho-Pereira & Gonçalves, 2009; Pervan & Hunter, 2007; Schneider & Wright, 2004; Stalans, 2004). As distorções cognitivas podem categorizar-se em mais gerais ou mais particulares, dependendo da forma como cada agressor exprime o que considera viável para explicar o seu comportamento e, envolvem os seguintes processos: justificação da conduta no que respeita à moralidade ou necessidade psicológica; minimização das consequências do seu comportamento; e, desvalorização e desumanização da vítima e atribuição da responsabilidade à mesma (Coutinho-Pereira & Gonçalves, 2009; Pervan & Hunter, 2007). Hartley (1998, citado por Pervan & Hunter, 2007) identificaram no seu estudo com agressores sexuais incestuosos quatro tipos de distorções cognitivas: relacionadas com factores socioculturais; crenças utilizadas para superar o receio de divulgação do abuso; as que permitem a diminuição da responsabilidade; e, crenças que possibilitam a manutenção da situação abusiva. Numa tentativa de comparação entre abusadores sexuais de crianças intra e extra-familiares, Hayashino, Wurtele e Klebe (1995, citado por Pervan & Hunter, 2007) realizaram uma investigação na qual demonstraram que os agressores sexuais extra-familiares apresentam um nível mais elevado de distorções cognitivas.

Além do funcionamento cognitivo caracterizado por pensamentos e crenças erróneos e no qual domina o *locus* de controlo externo, os ofensores sexuais possuem comumente, de acordo com a literatura e investigações consultadas, características que parecem favorecer a sua propensão para o cometimento de crimes sexuais e para a manutenção das mesmas. Neste seguimento, pode verificar-se que a grande maioria destes indivíduos demonstra características psicossociais como um baixo auto-controlo, resultante de um processo de socialização não supervisionado e deficitário no que diz respeito à imposição de limites e ao desenvolvimento de um padrão de vinculação seguro, que permitiria a formação de limites internos face a comportamentos desviantes

(Lussier, Proulx & LeBlanc, 2005; Redondo, 2006); estratégias de *coping* inadequadas, sendo as mais comuns em agressores sexuais a dificuldade de confronto directo perante os problemas, a utilização de uma resposta emocional ao problema (e.g. recurso às fantasias, auto-avaliação negativa) e, evitamento do problema, gerando estados de humor negativos e incrementando a probabilidade de cometerem este tipo de ofensas (Marshall, Cripps, Anderson & Cortoni, 1999; Marshall, Laws & Barbaree, 1990 citado por Schneider & Wright, 2004; Pervan & Hunter, 2007; Serran, Moulden, Firestone & Marshall, 2007); défices ao nível das competências sociais e de relacionamento interpessoal (Chaffin, Letourneau & Silovsky, 2002; Kinnear, 2007; Pervan & Hunter, 2007; Redondo, 2006; Schneider & Wright, 2004); sentimentos de solidão e de inadequação (Chaffin, Letourneau & Silovsky, 2002; Kinnear, 2007; Marshall, Champagne, Brown & Miller, 1997; Pervan & Hunter, 2007); perturbações de comportamento precoces (Chaffin, Letourneau & Silovsky, 2002; LeBlanc & Loeber, 1998 citado por Lussier, Proulx & LeBlanc, 2005); baixa auto-estima (Marshall, Champagne, Brown & Miller, 1997; Marshall, Cripps, Anderson & Cortoni, 1999; Pervan & Hunter, 2007); dificuldades de empatia (Marshall, Champagne, Brown & Miller, 1997; Lisak & Ivan, 1995); dificuldades de assertividade (Marshall, Barbaree & Fernandez, 1995); e, padrões de vinculação insegura (ansioso, evitante e ambivalente) que se desenvolvem durante a infância pela vivência de situações de maus-tratos, negligência, ausência de suporte emocional e outras experiências disruptivas, e, preponderante no funcionamento psicossocial adulto (Baker & Beech, 2004; Beech & Mitchell, 2004; Bogaerts, Vanheule & Declercq, 2005; Marshall & Barbaree, 1990; Mezquita, 2007; Silva, 2009; Smallbone & Dadds, 2000; Ward & Siegert, 2002).

Um padrão anti-social alargado é igualmente característico dos ofensores sexuais, sendo que grande parte desta população apresenta antecedentes criminais de natureza não sexual (Coutinho-Pereira & Gonçalves, 2009; Lussier, Proulx & LeBlanc, 2005).

3.1. Tipologias dos Abusadores Sexuais de Crianças

As situações de abuso sexual de crianças envolvem diversas dinâmicas e aspectos como a motivação do perpetrador, vítima seleccionada e natureza da relação com a mesma, estratégias utilizadas para realizar a agressão e, que variam consoante as características psicossociais apresentadas por cada agressor. Neste âmbito foram realizadas investigações no sentido de os categorizar e assim incrementar a qualidade das avaliações e intervenções com estes indivíduos.

Groth (1978) realizou um estudo com uma amostra de reclusos de acordo com o qual desenvolveu uma classificação dos abusadores sexuais de crianças tendo em conta o seu interesse sexual primário, categorizando-os em agressores sexuais fixos e agressores sexuais regressivos (Fávero, 2003; Howitt, 2009; Kinnear, 2007; Pakes & Winstone, 2007). Agressores sexuais fixos correspondem a indivíduos que desenvolvem, em estádios de desenvolvimento precoces, um interesse sexual por crianças e, não obstante em alguns casos se verificarem relacionamentos com pares, estes não parecem ocorrer de forma intencional podendo nunca desenvolver um interesse sexual por outros de idade equivalente (Fávero, 2003; Howitt, 2009; Kinnear, 2007; Pakes & Winstone, 2007). O nível de fixação de cada agressor pode considerar-se mais elevado ou mais baixo de acordo com o seu nível de competência social ser igualmente elevado ou baixo, similarmente o tipo de contacto pode identificar-se como sendo alto quando a motivação da agressão se prende com questões interpessoais, relacionadas com a necessidade de estabelecer um relacionamento, ou narcísicas, no sentido de servir e esclarecer dúvidas e sentimentos de incertezas a nível sexual; ou, baixo nos casos em que não se verificam lesões físicas na vítima nem evidências de um comportamento narcísico (Pakes & Winstone, 2007). Agressores sexuais regressivos consistem no grupo de indivíduos que possuem capacidade de estabelecer relacionamentos afectivos adequados com pares, no entanto devido a acontecimentos disruptivos e situações de stress regredem no nível de desenvolvimento psico-sexual originando uma atracção sexual por crianças, nas quais encontram uma relação que percebem como sendo mais securizante em comparação com as relações adultas (Fávero, 2003; Howitt, 2009; Kinnear, 2007; Pakes & Winstone, 2007). Posteriormente, Crewdson (1988, citado por Kinnear, 2007) propôs uma terceira categoria que

denominou por “crossover”, representando progenitores cujo interesse sexual primário é por crianças.

Esta tipologia foi alvo de críticas relacionadas com o facto de não possibilitar a explicação de casos de agressores incestuosos que manifestam fantasias sexuais com crianças ou que agredem na ausência de factores de stress, assim como de esta não ter em conta a perspectiva do agressor em relação ao seu comportamento e relação abusiva (Fávero, 2003; Howitt, 2009). Deste modo, um outro autor realizou um estudo considerando o ponto de vista do agressor e desenvolveu um *continuum* no qual os agressores se podem posicionar, obtendo as seguintes categorias: vingativo, provocando dor física ou emocional na vítima; aproveitador, usando a criança para obter prazer unicamente para o próprio; controlador; conquistador, na medida em que manipula a criança de forma a persuadi-la para o envolvimento sexual; companheiro ou igual, percebe-se a si mesmo como semelhante à criança e à actividade sexual com ela como qualquer outra actividade infantil; amante, relaciona-se com a criança considerando que é correspondido; e, companheiro ideal, considerado por alguns autores como narcisista projectando-se a si mesmo na criança, que constitui o seu objecto de amor (Gilgun, 1994 citado por Fávero, 2003).

Lanning (2001, citado por Kinnear, 2007), baseando-se na motivação dos agressores sexuais de crianças desenvolveu uma outra tipologia considerando-os como abusadores preferenciais cujo interesse sexual é exclusivamente por crianças, frequentemente com recurso a pornografia infantil e evidenciam mais desejos e necessidades a nível sexual, incluem o grupo de abusadores sexuais com diagnóstico de pedofilia; ou, abusadores situacionais que, não possuindo preferências e necessidades sexuais compulsivas agredem sexualmente consoante a situação e a oportunidade para a mesma, podendo agredir outras pessoas vulneráveis que não crianças (Salter, 2003; Serafim et al., 2009).

No contexto do abuso sexual de crianças intra-familiar, Russel (1983, citado por Soeiro, 2009) tipificou três categorias de abusadores sexuais: introvertido, caracterizado por uma baixa auto-estima, défice ao nível de competências sociais e associado a níveis sociais e económicos desfavorecidos; psicopata, demonstra interesses sexuais

indiscriminados; e, pedófilo, cuja preferência sexual é por crianças pelo decurso de um estágio de desenvolvimento psico-sexual imaturo.

Um estudo recente realizado em Portugal por Soeiro (2009) permitiu o desenvolvimento de uma tipologia constituída por quatro perfis criminais representativos do crime de abuso sexual de crianças: intra-familiar inadequado, extra-familiar regressivo, intra-familiar agressivo e extra-familiar sedução. O perfil 1: intra-familiar inadequado corresponde ao grupo de agressores que geralmente consistem no pai ou padrasto da criança entre os 26 e 55 anos de idade, trabalhadores não qualificados, iletrados ou com habilitações até ao 2º ou 3º ciclos; casados ou divorciados, apresentam frequentemente antecedentes criminais por crimes contra a propriedade e historial de consumo de substâncias; relativamente à agressão esta ocorre na casa do perpetrador e/ou da vítima existindo evidências de premeditação e de lesões graves para a vítima cuja idade varia entre os 8 e os 12 anos, do sexo feminino e que integram famílias biparentais ou em alguns casos famílias de acolhimento. O perfil 2: extra-familiar regressivo descreve uma categoria de agressores conhecidos ou vizinhos das vítimas, reformados e com habilitações literárias correspondentes ao 1º ciclo, viúvo e sem antecedentes criminais, em algumas situações existem registos de disfunção eréctil; apresenta comportamentos de exibicionismo e recorre a estratégias de sedução e manipulação da vítima quer para a ocorrência do abuso quer para obtenção do silêncio por parte da mesma e face à sua resistência não realiza a agressão, sendo que as crianças vítimas deste tipo de agressores pertencem a famílias reconstituídas ou estão em situação de institucionalização. O perfil 3: intra-familiar agressivo engloba agressores sexuais que constituem pais ou padrastos das crianças vítimas com profissões na área dos serviços e apresentam variados quadros psicopatológicos (e.g. depressão, perturbações da personalidade) e antecedentes criminais por crimes sexuais; no que concerne ao comportamento criminal estes indivíduos utilizam a ameaça e força física mesmo perante resistência das vítimas, que apresentam diversas lesões incluindo as zonas genital e anal, estas possuem geralmente idade inferior a 7 anos, vivem com os pais e a agressão ocorre no domicílio das mesmas. No perfil 4: extra-familiar sedução incluem-se os agressores cuja natureza da relação com a vítima é extra-familiar, podendo ser vizinho, amigo da família, professor ou até desconhecido sendo a sua

profissão de trabalhador qualificado ou desempregado, com habilitações literárias correspondentes ao ensino secundário ou com formação superior, entre os 18 e os 25 anos de idade e com mais de 55 anos, solteiros e sem antecedentes criminais; não demonstra premeditação e limita a agressão a toques e carícias sexuais, mostrando delicadeza com a criança e desistindo da ofensa perante a sua resistência; as agressões ocorrem em espaço público e as vítimas possuem entre os 2 e os 7 anos de idade, geralmente do sexo masculino e provenientes de famílias monoparentais ou instituições de acolhimento (Soeiro, 2009).

3.2. Jovens Abusadores Sexuais de Crianças

O incremento da criminalidade por parte de jovens e sofisticação da mesma implicam a constante aquisição de conhecimentos sobre os seus intervenientes, em especial em casos de abuso sexual de crianças pelas diversas consequências quer para a vítima quer para o perpetrador.

A adolescência constitui um período no qual ocorrem importantes alterações a nível físico, cognitivo, social e sexual e percebido por grande parte dos jovens como uma fase de stress no seu desenvolvimento, quer perante as alterações anatomofisiológicas ocorridas como a modificação de papéis sociais e no que respeita às representações que cada um possui de si próprio. Os sentimentos de inadequação e incompreensão característicos deste estágio de desenvolvimento resultam num quadro de vulnerabilidade e, em determinados casos, na assunção de comportamentos de risco e condutas transgressivas motivados por distintos aspectos e consoante o nível de maturação cerebral de cada jovem (Harris, 2001; Pais & Oliveira, 2009).

A agressão sexual a crianças por parte de jovens consiste numa problemática crescente a nível mundial originando a realização de investigações no sentido de obter a sua compreensão e objectivando o desenvolvimento de linhas orientadoras de planos de intervenção a realizar com este grupo específico de agressores sexuais.

Estudos efectuados por distintos autores demonstram que aproximadamente 30 a 40% das agressões sexuais a crianças e 25% de todas as ofensas sexuais são cometidas por indivíduos na faixa etária entre os 12 e os 18 anos, maioritariamente do sexo masculino (sendo que menos de 10% representam situações em que o perpetrador é um jovem do sexo feminino) e, cerca de 50% dos abusadores sexuais de crianças adultos referem o início das suas agressões na adolescência (Chaffin, Letourneau & Silovsky, 2002; Finkelhor, Ormrod & Chaffin, 2009; Grant et al., 2009; Howitt, 2009; Hunter, 2000; McCrocklin, 1997; National Center on Sexual Behavior of Youth, 2003; Saleh & Vincent, 2004; Veneziano & Veneziano, 2000 citado por Delisi et al., 2008).

Agressores sexuais jovens raramente vitimam outros com idade superior e possuem maior tendência para cometer ofensas a crianças mais novas, sendo que a maioria das vítimas (59%) possui idade inferior a 12 anos, comparativamente a agressores adultos cujas vítimas menores de 12 anos correspondem a 39% dos casos (Finkelhor, Ormrod & Chaffin, 2009; Kemper & Kistner, 2007). Verifica-se também uma relação entre idade e sexo das vítimas, na medida em que quando estas pertencem ao sexo masculino geralmente possuem idade inferior a 12 anos e nas situações em que o abusador tem entre 12 e 14 anos de idade as vítimas são geralmente rapazes entre os 4 e os 7 anos; nos casos em que as vítimas são do sexo feminino a maioria situa-se entre os 13 e os 15 anos e os agressores entre os 15 e os 17 anos de idade (Finkelhor, Ormrod & Chaffin, 2009). As agressões são então cometidas a crianças de ambos os sexos, conhecidas ou familiares do abusador, ocorrem frequentemente na residência do perpetrador e uma percentagem significativa é realizada com co-ofensores (24% em relação a 14% das co-ofensas perpetradas por adultos) (Finkelhor, Ormrod & Chaffin, 2009; Kemper & Kistner, 2007; Leclerc, Beauregard & Proulx, 2008). Para tal, são utilizadas estratégias de persuasão e sedução (sendo raro o recurso à força física, especialmente com vítimas familiares) assim como o uso de álcool e de estupefacientes no sentido de obter a cooperação e silêncio por parte da vítima, que associadas à presença de fantasias sexuais desviantes incrementam o nível de violência nas situações de abuso sexual de crianças por parte de jovens (Finkelhor, Ormrod & Chaffin, 2009; Leclerc, Beauregard & Proulx, 2008).

Este grupo particular de abusadores sexuais de crianças correspondente a jovens entre os 12 e os 18 anos de idade possui um conjunto de características individuais, familiares e sociais que em interação, e tendo em conta o estágio de desenvolvimento em que se encontram e especificidades do mesmo, os tornam vulneráveis ao cometimento de actos ilícitos e, em algumas situações à perpetração de ofensas sexuais.

É frequente apresentarem perturbações de comportamento na infância, historial de maus-tratos (físico, psicológico, sexual, negligência), atitudes favoráveis em relação a comportamentos anti-sociais, evitamento ou reacções de agressividade face a situações de stress em detrimento do recurso a estratégias de *coping* adequadas, perturbações a nível psico-sexual, perturbações de humor (e.g. depressão), uma baixa auto-estima associada a sentimentos de rejeição e inadequação, impulsividade, reduzidas competências de relacionamento interpessoal e, a nível escolar revelam dificuldades de aprendizagem e insucesso escolar (Chaffin, Letourneau & Silovsky, 2002; Delisi, 2008; Grant et al., 2009; Harris, 2001; Howitt, 2009; Hunter, 2000; Saleh, 2004). Contudo, apesar da imaturidade presente nas relações com os pares, demonstram competências ao nível da prestação de cuidados (e.g. auxiliar um familiar, cuidar de crianças) (Cashwell & Caruso, 1997 citado por Harris, 2001).

Tendo em conta a percentagem significativa jovens abusadores igualmente vítimas de abuso sexual na infância, é de salientar que nestes casos se verifica uma maior tendência para que a primeira ofensa por parte dos mesmos ocorra mais precocemente, o número de crianças vitimadas seja superior e as perturbações de foro psicológico e dificuldades de relacionamento interpessoal sejam apresentadas com maior frequência (Cooper, Murphy & Haynes, 1996).

Provêm geralmente de contextos sociais e familiares caóticos, nos quais são expostos a violência doméstica entre determinados elementos e caracterizados pelo abuso de álcool e substâncias ilícitas, modelos educativos rígidos e com dificuldades de comunicação entre os diversos membros familiares, baixo nível de coesão, isolamento social, ausência de supervisão, confusão de papéis (Bischof, Stith & Whitney, 1995; Chaffin, Letourneau & Silovsky, 2002; Delisi, 2008; Finkelhor, Ormrod & Chaffin, 2009; Grant et al., 2009; Harris, 2001; Hunter, 2000). Este ambiente familiar pautado

por relações disruptivas e pela ausência de suporte emocional causa nos jovens emoções negativas, frustração e agressividade que facilitam a sua propensão para o cometimento de delitos (Cheung, Ngai & Ngai, 2007).

3.2.1. Tipologias dos Jovens Abusadores Sexuais de Crianças

Inicialmente as categorias baseavam-se nas características da ofensa (e.g. abuso sexual de crianças, violação) ou características das vítimas (e.g. idade, sexo, intra ou extra-familiar), posteriormente foram-se desenvolvendo outras tipologias com base nas características individuais, sociais e familiares supracitadas e nas dinâmicas envolvidas nas situações de abuso sexual de crianças perpetradas por jovens.

Graves e colaboradores (1996, citado por Howitt, 2009) realizaram uma meta-análise de investigação efectuada no âmbito desta temática com base na qual classificaram os jovens abusadores sexuais de crianças em três categorias: pedófilos, cujo cometimento da primeira ofensa ocorre entre os 6 e os 12 anos de idade e a preferência sexual é por crianças mais novas e pertencentes ao sexo feminino; violadores, os quais iniciam as suas ofensas entre os 13 e os 15 anos de idade e as suas vítimas variam substancialmente podendo possuir idade inferior ou superior; e, ofensores mistos, que correspondem a jovens que cometem diferentes tipo de ofensas, nomeadamente violação, abuso sexual de crianças, exibicionismo, voyeurismo e frotteurismo.

Tendo em conta os perfis obtidos a partir da administração do Minnesota Multiphasic Personality Inventory (MMPI), Smith, Monastersky e Deisher (1987, citado por Grant et al., 2009) criaram uma tipologia que inclui as seguintes categorias: jovens com perturbações de comportamento, impulsivos, alienados socialmente; jovens com perturbações de personalidade e que se caracterizam pelo seu narcisismo e exigência para com os outros; imaturos, consistem no grupo de jovens abusadores tímidos, isolados, preocupados; e, delinquentes socializados, que apresentam particularidades como a agressividade e uma auto-regulação excessiva.

Posteriormente, Worling (2001, citado por Grant et al., 2009) identificou, baseando-se nos padrões de resposta da amostra de jovens abusadores sexuais de crianças ao California Psychological Inventory, os seguintes subtipos: anti-social/impulsivo, no qual se verifica uma externalização dos problemas de comportamento; confiante/agressivo, demonstrando características individuais narcísicas; invulgar/isolado, correspondendo aos jovens que internalizam os problemas de comportamento; e, reservados/controlados excessivamente, demonstrando uma evitamento face à expressão de emoções.

Mais recentemente, Richardson e colaboradores (2004, citado por Grant et al., 2009) desenvolveram uma outra tipologia tendo por base uma taxonomia assente em características da personalidade obtida através da utilização do Millon Adolescent Clinical Inventory (MACI) constituída pelas seguintes subdivisões: anti-social, caracterizada por perturbações de comportamento, desconsideração pelas normas sociais, impulsividade e auto-indulgência; distímia/negativismo, correspondente aos jovens que evidenciam intimidação, baixo auto-controlo e distímia; submissão, este tipo de jovens abusadores apresentam um alto nível de ansiedade e de dependência; distímia/inibido, com particularidades como isolamento, depressão e baixo nível de auto-confiança; e, normal, grupo que apresentam perturbações de personalidade mínimas.

Por último, a mais recente tipologia referenciada na literatura diz respeito à tipologia de Oxnam e Vess (2008, citado por Grant et al., 2009), igualmente com base num estudo efectuado utilizando o MACI e que classifica este tipo de abusadores em quatro categorias: anti-social, representando os jovens indisciplinados, impulsivos, socialmente insensíveis e com uma postura de oposição; passivo-agressivo, submisso, depressivo e apresentando uma atitude de oposição; inadequado, demonstrando um humor triste, de auto-desvalorização, impulsividade e oposição; e, conformado, com especificidades como ansiedade e desconforto sexual.

Especificamente no caso dos jovens abusadores sexuais de crianças intra-familiares e, considerando as tipologias anteriormente referidas, Grant e colaboradores (2009) patenteiam a existência de três categorias primordiais deste subgrupo de jovens

abusadores: anti-social, representa a categoria mais frequente associada à desconsideração pelas regras, predisposição para a delinquência e impulsividade; ansioso, menos frequente que a categoria anterior e caracteriza os jovens com sentimentos de ansiedade, humor depressivo e desconforto face à sexualidade; e, a categoria menos frequente, narcisista, correspondendo ao subgrupo de jovens que evidenciam egoísmo e dramatismo.

3.3. Abusadoras Sexuais de Crianças

Não obstante a supremacia dos delitos cometidos por indivíduos do sexo masculino, a incidência de delitos cometidos por mulheres parece ter incrementado recentemente e obtido deste modo maior interesse e estudo por parte de distintas áreas científicas, iniciando uma alteração em relação à percepção existente da mulher no quadro da criminalidade unicamente como vítima e que coloca de parte a possibilidade de esta, tal como os homens, cometer crimes como resultado de condições e histórias de vida (Cardoso, 2004; Duarte, 2009; Gelsthorpe & Sharpe, 2008; Maria, 2007; Sacau, Alves & Peixoto, 2004). Assim e, ponderando o androcentrismo presente nas investigações realizadas e na própria sociedade, a criminalidade por parte de indivíduos do sexo feminino é considerada como uma extensão da criminalidade masculina ou associada à maior instabilidade emocional e social atribuída às mulheres (Duarte, 2009; Gelsthorpe & Sharpe, 2008; Shoemaker, 1990 citado por Sacau, Alves & Peixoto, 2004).

Mais problemático permanece ainda o reconhecimento e identificação de mulheres como perpetradoras de ofensas sexuais, especialmente em casos em que as vítimas constituem crianças, devido aos estereótipos culturais de género e atribuições no que concerne aos papéis sociais e condutas esperadas por parte de cada um dos géneros (masculino e feminino), que exercem influência a nível social mas também no contexto judicial (Gelsthorpe & Sharpe, 2008; Kemshall, 2004; Martins & Carneiro de Sousa, 2004; Wakefield & Underwager, 1991).

Após o progressivo reconhecimento da existência de casos de abuso sexual de crianças resultante da verificação de ofensas perpetradas anualmente por cerca de 50 a 100 mulheres em Inglaterra (Adshead et al., 1994 citado por Kemshall, 2004) diversas investigações foram realizadas neste âmbito verificando-se que, apesar da sua reduzida proporção em relação aos ofensores sexuais, variando entre os 0,5% e os 4%, os abusos sexuais de crianças cometidos por mulheres existem (Faller, 1989; Gannon & Rose, 2008; Maria, 2007; Pakes & Winstone, 2007; Salter, 2003; Wakefield & Underwager, 1991). Além das questões culturais e sociais já referidas como condicionantes para a identificação de casos de abuso sexual de crianças cometido por mulheres, outros factores contribuem para este aspecto, nomeadamente a maior facilidade das mulheres em ocultar a situação abusiva pelas funções de prestação de cuidados que frequentemente lhe são atribuídas, o facto de ocorrer mais frequentemente em contexto familiar e como tal estarem envolvidas mais dificuldades de revelação pela proximidade emocional entre vítima e abusadora, pelo facto de muitas das vítimas serem adolescentes do sexo masculino e estes tenderem a não perceberem a relação como abusiva e, por questões metodológicas relacionadas com a amostra utilizada nos estudos (Gannon & Rose, 2008; Groth & Birnbaum, 1979 citado por Martins & Carneiro de Sousa, 2004; Kemshall, 2004; Wakefield, Rogers & Underwager, 1990; Wakefield & Underwager, 1991). No que diz respeito à discrepância de incidências entre ambos os géneros, esta encontra-se associada aos distintos processos de socialização de homens e mulheres, sendo o destas últimas orientado para o desenvolvimento de uma certa aversão para relações sexualizadas, para um início tardio da actividade sexual, tendência para optar por companheiros de idade superior e pelo seu vínculo às crianças e instinto maternal (Finkelhor & Russell, 1984 citado por Green, 1999).

A grande maioria das agressoras sexuais de crianças situa-se na faixa etária entre os 26 e os 36 anos, ligeiramente inferior à idade média dos abusadores do sexo masculino que corresponde a 36 anos, aspecto este associado por alguns autores à elevada frequência de co-ofensas entre mulheres e homens mais velhos que as coagem neste sentido (Faller, 1987; Jameson & Schellenbach, 1977; Vandiver & Walker, 2002). Geralmente são caucasianas, de baixo nível socioeconómico e possuem poucas qualificações académicas (Faller, 1987; Jameson & Schellenbach, 1977). Provenientes

de um contexto familiar disfuncional, uma porcentagem significativa de abusadoras sexuais de crianças relatam maus tratos na infância, especialmente maus tratos físicos e sexuais e negligência, exposição a situações de violência doméstica, que proporcionam um desenvolvimento e processo de socialização disruptivos e geradores de dificuldades a nível do funcionamento psicossocial, caracterizado por uma baixa auto-estima, passividade, dependência, isolamento social, défices a nível das competências interpessoais, dificuldades em manter relações de intimidade, inadequadas estratégias de *coping*, abuso de substâncias e psicopatologias associadas (Allen, 1991 citado por Gannon & Rose, 2008; Faller, 1987; Lewis & Stanley, 2000; Mathews, Hunter & Vuz, 1997; Siegel & Williams, 2003; Wakefield, Rogers & Underwager, 1990; Wakefield & Underwager, 1991). Comparativamente aos abusadores do sexo masculino, as abusadoras mulheres possuem menor propensão para apresentarem diagnósticos de pedofilia, dado que as motivações para o cometimento do abuso se prendem mais com questões emocionais que preferência sexual (Wakefield, Rogers & Underwager, 1990; Wakefield & Underwager, 1991).

As crianças vítimas de abusadoras sexuais pertencem maioritariamente ao sexo masculino, geralmente pré-púberes e são conhecidas da perpetradora, a qual possui muito frequentemente funções de cuidadora para com as mesmas (Faller, 1987; Faller, 1989; Lewis & Stanley, 2000; Vandiver & Walker, 2002; Wakefield, Rogers & Underwager, 1990). No contexto da relação abusiva, têm menor tendência para recorrer ao uso de álcool e drogas e à violência comparativamente com os abusadores homens e em contrapartida são mais propensas ao cometimento do abuso na companhia de um co-ofensor do sexo masculino, por vezes sendo coagida por ele no decurso de uma relação abusiva já existente entre ambos, sendo que nas situações de co-ofensa se verifica um número de vítimas superior, maior probabilidade de estas pertencerem a ambos os sexos, de serem familiares dos abusadores e de ocorrer uma ofensa não sexual no contexto do abuso sexual (Lewis & Stanley, 2000; Vandiver, 2006; Vandiver & Walker, 2002).

Tal como no caso dos abusadores do sexo masculino, as abusadoras mulheres possuem igualmente cognições que suportam a sua conduta ofensiva na tentativa de a justificar ou minimizar, que Green e Kaplan (1994, citado por Gannon & Rose, 2008)

denominaram de mecanismos de defesa patológicos usados pelas abusadoras sexuais de crianças previamente e durante a relação abusiva com vista a diminuir a seriedade e consequências dos seus actos e atribuindo à criança um comportamento de sedução e motivação para a actividade sexual. As referidas cognições distorcidas correspondem a quatro dos cinco de esquemas implícitos demonstradas pelos abusadores homens e já mencionadas no presente trabalho: visão da criança como objecto sexual, crianças como menos ameaçadoras que os adultos, descontrolo como causa do seu comportamento e percepção da actividade sexual com crianças como não danosa; sendo que a crença de que o relacionamento com crianças é menos ameaçador do que o relacionamento com adultos encontra-se, no caso de mulheres como perpetradoras, associado ao receio e medo do próprio co-ofensor (Beech, Parrett, Ward & Fischer, 2009). Green e Kaplan (1994, citado por Gannon & Rose, 2008) realizaram também a distinção entre abusadoras que actuaram sozinhas e abusadoras com co-ofensores, sendo que as primeiras tendem a perceber a criança como sedutora ou sexualmente excitantes diminuindo o impacto do abuso, e, as últimas minimizam o seu papel na situação abusiva muitas vezes culpabilizando o seu co-ofensor. Num estudo realizado por Kubik e Hecker (2005) comparando amostras de ofensoras sexuais, ofensoras não sexuais e sujeitos do sexo feminino sem historial de ofensas verificou-se que o grupo de ofensoras sexuais demonstrava mais distorções cognitivas no que concerne à assunção de responsabilidade pelo início do contacto sexual e severidade do mesmo, assim como nos casos em que a vítima reage negativamente à relação abusiva as ofensoras sexuais evidenciam crenças erróneas acerca da vítima assim como défices no reconhecimento e identificação de emoções negativas por parte das mesmas.

Na sua maioria as abusadoras sexuais de crianças não revelam fantasias sexuais desviantes e a pequena proporção que refere ter experienciado pensamentos sexualmente excitantes relacionados com crianças menciona que estes tiveram início após o abuso (Saradjian, 1996 citado por Gannon & Rose, 2008).

3.3.1. Tipologias das Abusadoras Sexuais

A tipologia comumente referenciada na literatura constitui numa diferenciação das abusadoras sexuais em três categorias consoante os factores motivadores do acto abusivo: predispostas (intergeracional), professora/amante e coagidas por um homem (Mathews et al., 1989 citado por Gannon & Rose, 2008; Salter, 2003; Wakefield, Rogers & Underwager, 1990; Wakefield & Underwager, 1991).

As abusadoras predispostas vitimam crianças bastante novas usualmente membros familiares, incluindo os descendentes. Possuem historial de abuso sexual, daí a categoria se denominar igualmente por intergeracional, podendo experienciar pensamentos e cognições desviantes decorrentes da sua própria vitimação, e a motivação do delito está relacionada com a instabilidade emocional, baixa auto-estima e vivência de emoções negativas (Mathews et al., 1989 citado por Gannon & Rose, 2008; Salter, 2003; Wakefield, Rogers & Underwager, 1990; Wakefield & Underwager, 1991).

A segunda categoria, professora/amante corresponde ao grupo de abusadoras sexuais, geralmente com cerca de 30 anos de idade, que mantêm actividade sexual com adolescentes, com os quais fantasiam as relações tendendo a atribuir responsabilidade equitativa na relação abusiva e que desejam esta relação. Demonstram um elevado grau de dependência nos seus relacionamentos e as motivações prendem-se com o desejo de se expressar sexualmente e de algum modo ensinar indivíduos mais jovens a este nível (Mathews et al., 1989 citado por Gannon & Rose, 2008; Salter, 2003; Wakefield, Rogers & Underwager, 1990; Wakefield & Underwager, 1991). Posteriormente, Hines e Finkelhor (2007, citado por Gannon & Rose, 2008) propuseram cinco subtipos da categoria professora/amante: amante, que experienciam sentimentos de amor por adolescentes e consideram esta relação viável; professora, percepção-se como fornecedora de experiência sexual a adolescentes e tem uma visão romântica sob este tipo de relacionamento; por conveniência/inconscientes, nos casos de contacto sexual em que, pela aparência do adolescente, a abusadora não possui consciência da sua realidade ou o relacionamento é mantido uma vez que não é dada relevância à idade por parte de ambos; prostituta, em situações em que o próprio adolescente procura e a

mulher recebe uma recompensa monetária pela actividade sexual; e, exploratória, sendo que o comportamento predatório está presente, tendo a mulher uma vantagem a nível da experiência sexual relativamente ao jovem.

A terceira e última categoria representa o tipo de mulheres que abusam de crianças sob coacção de um homem inicialmente para o agradar e temerem o abandono por parte deste, contudo em alguns casos podem considerar favoráveis as relações com crianças e continuar a mantê-las (Saradjian, 1996 citado por Salter, 2003). Exibem padrões de extrema dependência, passividade, défices de assertividade, baixa auto-estima, sentimentos de rejeição e abandono e historial de abuso sexual (Mathews et al., 1989 citado por Gannon & Rose, 2008; Salter, 2003; Wakefield, Rogers & Underwager, 1990; Wakefield & Underwager, 1991).

Mathews, Mathews e Speltz (1989, citado por Gannon & Rose, 2008) sugerem um outro grupo de abusadoras sexuais não estabelecido formalmente mas identificado em algumas das ofensoras do seu estudo que representa as mulheres que experienciam perturbações mentais no momento da ofensa podendo estas ser orgânicas ou afectivas.

Outra categoria pode ser considerada baseando-se na idade das abusadoras. Jovens do sexo feminino entre os 13 e os 17 anos de idade que abusam sexualmente de crianças constituem cerca de 7% das condenações de jovens por ofensas sexuais, cometendo geralmente actos abusivos menos severos (e.g. carícias sexuais) a crianças na sua maioria com cerca de cinco anos, de ambos os sexos e tipicamente são conhecidos da abusadora (Mathews, Hunter & Vuz, 1997; National Center on Sexual Behavior of Youth, 2004). Comparativamente aos jovens abusadores sexuais do sexo masculino, as jovens do sexo feminino apresentam um historial de maus tratos físicos e sexuais mais severos, com início mais precoce e vitimizadas por um maior número de perpetradores (Gelsthorpe & Sharpe, 2008; Mathews, Hunter & Vuz, 1997). Similarmente aos jovens abusadores do sexo masculino evidenciam um funcionamento normativo em distintas áreas e em determinados casos provêm de contextos familiares e sociais disfuncionais (Chaffin, Letourneau & Silovsky, 2002; Mathews, Hunter & Vuz, 1997).

ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO 4: METODOLOGIA

4.1. Objectivos

O estudo empírico integrante da presente dissertação tem como objectivo geral a compreensão de um caso situado no contexto da vida real, com suporte e fundamentação teórica na revisão bibliográfica apresentada.

No que respeita a objectivos mais específicos pretende-se efectuar uma descrição do caso, quer em termos de caracterização do indivíduo ao qual se refere como uma caracterização das implicações legais resultantes da situação em que o indivíduo se encontra, numa tentativa de ilustrar os factos que deram origem a um processo judicial e posteriormente ao conhecimento do caso, assim como a relevância para a realização de um estudo de caso. A partir desta descrição proceder-se-á à análise do caso sustentada nos modelos teóricos e tipologias previamente explicitadas e à sua comparação com outras situações através das características e dinâmicas mencionadas nas investigações, no sentido de obter a compreensão do mesmo.

4.2. Método

O método utilizado é de tipo qualitativo, surgido no contexto das investigações sociológicas e antropológicas sendo posteriormente utilizada na área da Psicologia (Holanda, 2006).

A metodologia qualitativa assenta numa progressiva construção do conhecimento através da procura e explicação de determinados fenómenos que não se encontram disponíveis à experiência (González Rey, 1999 citado por Holanda, 2006). Implica um estudo global dos mesmos através de métodos e técnicas de pesquisa e análise que permitem a sua explicação (Mucchielli, 1991 citado por Holanda, 2006). Possibilita a inclusão da subjectividade de investigador e participante nos procedimentos da investigação, assim como o estudo dos fenómenos de forma global e

considerando os seus diferentes aspectos (e.g. sociais, culturais, económicos) (Holanda, 2006).

De acordo com Creswell (1998, citado por Holanda, 2006) pode identificar-se cinco métodos de investigação qualitativa: biografia ou estudo biográfico, o estudo fenomenológico, a *grounded theory*, a etnografia e o estudo de caso, sendo este último o que será utilizado no presente estudo empírico e como tal melhor desenvolvido.

O estudo de caso, considerado o método de investigação que possui o objecto de estudo menos construído, menos limitado e menos manipulável, consiste numa exploração de uma situação (referente a um indivíduo, grupo, comunidade ou organização) de modo pormenorizado e abrangente através do recurso a diversas técnicas de recolha de informação (e.g. entrevista, observação, questionários, pesquisa documental) e envolvendo diferentes fontes, visando a sua descrição, compreensão e interpretação (American Psychological Association, 2010; Creswell, 1998 citado por Holanda, 2006; De Bruyne et al., 1975 citado por Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1990; Martins, 2006). Este pode considerar-se intrínseco, quando o caso é estudado na sua singularidade; instrumental, nas situações em que o caso é tomado como exemplo; e colectivo, quando existe mais que um caso, implicando sempre quatro etapas: escolha do caso, recolha de dados, análise dos dados e interpretação (Holanda, 2006). Deve ser precedido de um referencial teórico que o sustente e o caso em estudo deve ser único e original e retratar uma situação complexa e real de modo criativo e preferencialmente enfatizando aspectos não abordados em estudos semelhantes (Martins, 2006). Inicialmente realiza-se o planeamento do estudo de caso, no qual são elaboradas questões orientadoras a responder no estudo, objectivos gerais e específicos do mesmo, métodos e técnicas a utilizar na recolha e análise de dados e estrutura do documento a elaborar sobre o caso estudado (artigo, monografia, dissertação ou tese). Os dados obtidos devem ser baseados em várias fontes e a partir de distintas técnicas de recolha como a observação, entrevista, questionários, escalas, pesquisa documental, entre outros. No decurso do trabalho de campo e posteriormente da análise de dados, o investigador deve iniciar o desenvolvimento de uma teoria explicativa da realidade estudada a partir das questões e objectivos iniciais e conceitos teóricos existentes. Esta teoria surge deste modo de forma indutiva e orienta o investigador nos passos seguintes

a efectuar no estudo, nomeadamente ao nível dos dados que necessitam ser recolhidos e analisados para o aperfeiçoamento da teoria que está a emergir. A revisão teórica realizada deve ser utilizada para apoiar análises, comentários e conclusões que integram o documento a elaborar juntamente com os dados obtidos, resultados e algumas citações e paráfrases (Martins, 2006). De acordo com Martins (2006) o relatório do estudo de caso pode assumir três tipos de estruturas: estrutura analítica linear (utilizada no estudo de caso da presente dissertação), orientada por tópicos que representam o tema, uma revisão bibliográfica do mesmo, as técnicas de recolha de dados e resultados obtidos e por fim as conclusões e recomendações; estrutura cronológica, cujos capítulos reflectem as fases da história do estudo de caso; e, estrutura de incertezas, na qual os resultados consistem na parte inicial seguida do restante estudo.

4.3. Apresentação do Caso

No sentido de cumprir com os objectivos enunciados procedeu-se à consulta e análise das peças processuais referentes ao caso em questão assim como das informações recolhidas no âmbito da realização da perícia de personalidade sobre a arguida através de fontes como entrevistas (à arguida e a elementos familiares da mesma), deslocações à residência da mesma, contactos com técnicos de serviços distintos (saúde, serviço social, habitação) e pelos dados obtidos na administração de provas psicológicas com vista à avaliação da personalidade, funcionamento emocional e perigosidade da arguida.

Procedeu-se seguidamente à análise das informações considerando a revisão teórica efectuada sobre a temática do abuso sexual de crianças descrita no enquadramento teórico do presente trabalho científico.

O caso em estudo refere-se à situação de uma jovem, a “Sofia” (nome fictício), com a qual foi estabelecido contacto ao longo de quatro meses através do local de realização de estágio académico, uma Equipa Penal de Reinserção Social (unidade

orgânica da Direcção-Geral de Reinserção Social), no âmbito de uma solicitação por parte de um Tribunal para elaboração de perícia de personalidade.

Perante o quesito do Tribunal no seguimento do processo judicial em causa inicia-se na Equipa Penal um procedimento destinado à avaliação psicológica da “Sofia”. Deste modo, realizam-se determinadas diligências objectivando a obtenção de informações pertinentes à elaboração da perícia de personalidade nomeadamente, entrevistas com a “Sofia” e membros familiares desta, deslocação ao meio de residência da arguida, contactos com técnicos de outros serviços e administração das seguintes provas psicológicas:

- Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (E.C.A.S. – Versão para Investigação: Machado, Gonçalves & Matos, 2000);
- Inventário de Depressão de Beck – II (BDI: Beck et al., 1961);
- Inventário de Avaliação Clínica da Depressão (IACLIDE: Vaz-Serra, 1994);
- Questionário de Auto-Avaliação para Jovens – YSR (Achenbach, 1991);
- Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC: Vaz-Serra, 1985);
- Checklist de Distorções Cognitivas para Ofensores Sexuais (CDCOS: Gonçalves, 2004);
- Sexual Violence Risk – Versão Portuguesa para Investigação (SVR-20: Gonçalves & Vieira, 2004) e
- Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS/CMI – Versão Portuguesa: Fonseca, Quintas & Serra, 2002).

Num dos momentos de contacto com a arguida foi realizada uma entrevista estruturada designada por Entrevista Orientada para Avaliação das Crenças/Sentimentos no Campo da Sexualidade, baseada na Escala de Atitudes Sexuais de Hendrick e Hendrick e nas escalas The Sex Role Stereotyping Scale de Burt, 1980 e Interpersonal Violence Scale de Burt, 1980). A escolha destes instrumentos foi ponderada tendo em

conta os crimes pelos quais a arguida se encontrava acusada, idade e sexo desta, factos que originaram o processo judicial e estado emocional por ela manifestado, tendo em consideração os limitados recursos disponíveis no que diz respeito a instrumentos de avaliação psicológica, quer em termos de validação e aferição para a população portuguesa, quer em instrumentos pertencentes ao serviço responsável pela elaboração da perícia de personalidade acerca da mesma.

4.3.1. Caracterização Sócio-demográfica do Caso

“Sofia” é uma jovem do sexo feminino, com 17 anos de idade à data de conhecimento dos factos pelos quais se encontra acusada e completando 18 anos, no decurso dos procedimentos com vista à elaboração da perícia. É a mais nova de uma fratria de quatro irmãos. A fase inicial do seu desenvolvimento decorreu no espaço familiar dos avós (até cerca dos 5 anos de idade) configurando-se este como estruturante a nível educacional muito embora sejam relatados episódios de violência conjugal entre estes parentes.

Integra actualmente o seu agregado de origem composto pela progenitora, um irmão e um companheiro da mãe, em relação ao qual a família é hesitante na medida em que este não assume participação activa no contexto familiar e a sua estadia é em grande parte do ano num país estrangeiro. O seu núcleo familiar pertence a um nível socioeconómico baixo evidenciando carências a este nível, situação que favorece as dificuldades em assegurar as necessidades formativas da “Sofia”, não obstante estas não representarem uma área prioritária no que concerne a perspectivas futuras no seu projecto de vida. A arguida menciona que a formação académica não é considerada uma das áreas mais relevantes a nível futuro, assim como o facto de não revelar preferência por qualquer categoria profissional ou ocupação que gostasse de exercer referindo que *“nunca pensou muito nisso”*. Esta posição de “Sofia” face à formação escolar e profissional parece ser facilitada pelo meio familiar, o qual se demonstra pouco estimulante e motivador a este nível.

Apesar do percurso escolar ter sido iniciado em idade própria e não serem manifestados problemas relativos a insucesso escolar ou a nível disciplinar, a “Sofia” abandona o ensino no 9º ano de escolaridade. Este abandono encontra-se associado à emergência de factores de instabilidade emocional na sequência do processo judicial originado pelos factos pelos quais se encontra indiciada e pela relação estabelecida com o co-arguido. Revelando-se incapaz de lidar com as exigências deste meio quer em termos de aprendizagem quer a nível relacional na sequência do impacto emocional causado, a “Sofia” abandona deste modo o ensino escolar.

O seu quotidiano passa então a ser gerido em torno do espaço familiar na prestação de cuidados à avó materna (dado os problemas de saúde por esta apresentados na sequência de um acidente vascular cerebral) figura de vinculação significativa no processo desenvolvimental da jovem e dos seus irmãos. A avó assume frequentemente o papel principal na gestão do quotidiano da “Sofia” face à ausência de acompanhamento por parte da progenitora da mesma e à ausência da figura paterna, uma vez que estes se separaram quando a “Sofia” tinha aproximadamente dois anos de idade, devido aos problemas de toxicoddependência do pai. No entanto, e dado a inexistência de conflitualidade entre os progenitores, a “Sofia” continuou a contactar com o mesmo até ao seu falecimento no Natal de 2008 devido a um cancro, acontecimento este causador de um significativo impacto emocional na arguida.

No decurso do seu desenvolvimento, na altura em que se verificaram os factos a que se refere o presente processo judicial, é de salientar uma perda de peso abrupta analogamente a problemas gástricos e cardíacos devido aos quais apresenta situações críticas que resultam num estado de inconsciência durante alguns instantes. Tais episódios parecem traduzir um impacto a nível psicossomático da experiência de determinadas adversidades, como a referente ao período em que ocorreram os factos do processo judicial no qual “Sofia” possui papel de arguida e as diligências no âmbito do mesmo, assim como o falecimento do progenitor. No entanto, não existe formalmente uma causalidade directa entre os acontecimentos descritos.

Também no decurso da avaliação realizada no âmbito da perícia de personalidade verifica-se uma situação de urgência resultante da ingestão excessiva de

uma bebida alcoólica por parte da “Sofia”, que se refere a esta situação como pontual e não um registo de funcionamento habitual, e motivada pela dificuldade para lidar com o presente processo judicial e respectivas diligências. Este episódio foi omitido pela progenitora à Técnica Superior de Reinserção Social responsável pela elaboração da perícia de personalidade, não obstante ter confirmado após confrontação com o relatório médico.

“Sofia” é descrita pelos familiares como uma jovem adequada, colaborante, responsável e em quem depositam confiança, mas igualmente passiva e de certo modo isolada, não lhe atribuindo um grupo de pares privilegiado.

4.3.2. Enquadramento Jurídico-Penal do Caso

A arguida encontra-se acusada por crimes sexuais em que figuram como vítimas menores de 14 anos e cujo bem jurídico tutelado se reporta à autodeterminação sexual e liberdade pessoal, nomeadamente: abuso sexual de crianças agravado (artigos 171º nº 1 e 2 e 177º, nº1 al. a) do Código Penal), pornografia de menores agravada (artigos 176º, nº1 als. b), c) e d) e nº2 e 177, nº6 do Código Penal) e rapto (artigo 161º, nº1 al. b) do Código Penal), em co-autoria; e um crime de roubo (artigo 210º, nº2 al. b) do Código Penal).

A “Sofia” recebe o primeiro contacto telefónico por parte do co-arguido, que refere desconhecer pessoalmente, quando tinha cerca de 13 anos de idade mantendo desde então o contacto com o mesmo. Este indivíduo que tinha na altura 24 anos de idade, é paraplégico (apresenta uma paralisia dos membros inferiores), residia numa região do país distinta da região onde se localiza a residência da arguida e apresenta um historial de consumo de substâncias ilícitas.

Alguns meses depois e sempre por meio telefónico, este solicita à “Sofia” a produção de fotografias e vídeos de cariz pornográfico com a imagem da própria (fornecendo instruções relativamente à forma de proceder), utilizando linguagem

obscena e por vezes evidenciando comportamentos sádicos (e.g. queimar partes do corpo a si mesma). “Sofia” aceita e realiza o material pedido, inicialmente e de acordo com a mesma sem motivo aparente e, numa fase posterior sob ameaça de divulgação dos mesmos e de ameaças à sua progenitora. Neste momento a arguida, tendo em consideração as ameaças do co-arguido à progenitora, pondera a possibilidade de este conhecer alguns dos seus membros familiares: *“parecia um vizinho, que conhecia a minha família”*.

Receando pela integridade de ambas, a “Sofia” revela à mãe o facto de receber mensagens de texto e telefonemas ameaçadores por parte de um indivíduo que desconhece e juntas apresentam uma queixa-crime na Polícia de Segurança Pública na sua área de residência, processo este que foi arquivado, segundo a arguida, por ausência de provas. No processo de obtenção de informação sobre o caso não permanece claro o conhecimento ou não por parte da progenitora da “Sofia” do material de cariz pornográfico produzido pela filha e fornecimento deste ao co-arguido.

Entretanto, por aconselhamento da própria autoridade policial e numa tentativa de terminar os contactos com o seu co-arguido a “Sofia” altera o seu número de telemóvel. No entanto, a mesma fornece-lhe o novo número restabelecendo contacto com ele. Manifestando incapacidade para explicar tal conduta refere que possivelmente tenha sido por receio da divulgação do material com a sua imagem, o que viria efectivamente a acontecer. O co-arguido revela no meio escolar da “Sofia” as fotos e vídeos de cariz pornográfico com a imagem desta, o que provocou o seu abandono escolar. De acordo com “Sofia”, o seu co-arguido terá obtido os contactos dos seus amigos quando esta lhe enviou mensagens de texto dos telemóveis deles na tentativa de descobrir quem seria este indivíduo.

Neste seguimento, o co-arguido no processo em questão retoma as solicitações deste tipo de material, mas desta vez pretendendo a participação de crianças novas, ao que a arguida acede envolvendo duas menores do sexo feminino e suas familiares, de seis e dez anos de idade e um menor do sexo masculino, com 14 anos de idade. Não obstante a “Sofia” referir que não considera tais pedidos como normais ou comuns, não consegue expressar a motivação da aceitação dos mesmos.

Ao menor do sexo masculino de 14 anos, a “Sofia” ameaçou com uma arma branca conseguindo isolá-lo em espaço público próximo do estabelecimento de ensino por ele frequentado (daí o facto de estar acusada pelo crime de rapto), tendo com o mesmo praticado coito. Tal situação, filmada pela “Sofia” e posteriormente enviada ao co-arguido, teria sido por este idealizada fornecendo as devidas instruções à arguida. O menor era desconhecido da arguida.

As fotografias e vídeos com participação das menores do sexo feminino de seis e dez anos representam situações abusivas que envolvem a introdução de objectos nos órgãos genitais e ânus e sexo oral entre a arguida e as menores. Os factos ocorreram no espaço familiar onde “Sofia” prestava cuidados às mesmas após o seu período escolar.

A arguida indica que posteriormente, tendo por volta dos 16 anos de idade, procedeu à apresentação de uma segunda queixa-crime, igualmente na Polícia de Segurança Pública e desta vez já mencionando a existência de fotografias e vídeos com imagens suas, não revelando o envolvimento dos menores.

Inicia-se deste modo uma investigação cujos procedimentos não são totalmente conhecidos dada a sua confidencialidade e no âmbito da qual ambos os arguidos cumprem determinadas medidas de coacção, inicialmente prisão preventiva (*cf.* Artigo 202º, nº1 al. a) do Código e Processo Penal), de seguida obrigação de permanência na habitação com vigilância electrónica (*cf.* Artigo 201º do Código e Processo Penal) e por último, termo de identidade e residência (*cf.* Artigo 196º do Código e Processo Penal).

É então requerida por parte do Tribunal a elaboração de uma perícia sobre a personalidade da arguida à Equipa Penal com actuação na área de residência da mesma, dando-se início aos procedimentos subjacentes à sua realização.

Após a explanação do processo desenvolvimental da arguida e abordagem dos factos que originaram o processo judicial é possível identificar determinadas situações consideradas pertinentes no desenvolvimento de “Sofia” que podem ter contribuído para a sua formação a nível pessoal, constituindo-se como fundamentais para a explicação da adopção por parte desta de comportamentos sexualmente abusivos. Estes serão

seguidamente apresentados num quadro resumo de forma a proporcionar uma melhor compreensão do caso em estudo.

Quadro 1 – *Acontecimentos relevantes no processo desenvolvimental da “Sofia”*

Idade	Acontecimentos Relevantes
0-5 anos	Integra agregado familiar dos avós com progenitores e irmãos.
- 2 anos	Separação dos progenitores.
13 anos	Primeiro contacto com o co-arguido. Inicia envio de material pornográfico com a sua imagem. Procede a uma queixa-crime na Polícia de Segurança Pública. Divulgação dos vídeos e fotos por parte do co-arguido.
14-15 anos	Abandono do ensino escolar. Acidente vascular cerebral da avó. Falecimento do progenitor.
15-16 anos	Emergência de problemas de saúde. Envolvimento dos menores na produção de material pornográfico. Efectua uma segunda queixa-crime na Polícia de Segurança Pública.
17 anos	Acusada pelos crimes de abuso sexual de crianças, pornografia de menores e rapto em co-autoria. Início dos procedimentos de avaliação psicológica para realização de perícia de personalidade sobre a arguida. Episódio de ingestão excessiva de álcool.

4.4. Discussão do caso

O caso em estudo não é uma situação frequente, na medida em que se refere a abusos sexuais de crianças por parte de uma jovem do sexo feminino. Representa uma minoria relativamente à criminalidade sexual na qual o abusador comum é um adulto, do sexo masculino e na maioria das vezes progenitor da criança.

Este enquadra-se na definição de abuso sexual de crianças nos termos legais considerados no actual Código Penal Português na medida em que se verifica o envolvimento de menores de 14 anos de idade em actos sexuais e utilização dos mesmos em fotografias e vídeos de cariz pornográfico, com vista à satisfação sexual de outrem. No caso das menores do sexo feminino constitui um caso de abuso sexual intra-familiar sendo que existe um grau de parentesco entre estas e a arguida. No caso do menor de 14 anos de idade o abuso é extra-familiar. Em relação ao conceito de pedofilia, tal como referido no enquadramento teórico, é frequentemente associado ao conceito de abuso sexual de crianças. Este caso constitui um exemplo em que estes não se sobrepõem não existindo um diagnóstico formal de pedofilia nem sendo evidente no decurso da avaliação psicológica realizada a presença de impulsos e fantasias sexuais que envolvam crianças ou de um critério determinante para tal diagnóstico.

Perante os trâmites subjacentes ao processo avaliativo proposto, “Sofia” demonstrou receptividade e uma postura colaborante, não obstante apresentar alguma ansiedade e intrusão de emoções negativas durante alguns procedimentos, suscitadas por estes e pelo desconforto face ao papel processual que lhe foi atribuído, percepcionando mais uma dimensão de vitimação em detrimento do papel de arguida. O humor depressivo apresentado pela jovem foi comprovado pela administração do Inventário de Depressão de Beck e do Inventário de Avaliação Clínica da Depressão obtendo cotações de 36 e 44 pontos, respectivamente, equivalentes a uma depressão grave.

Apresenta um desenvolvimento biopsicossocial correspondente aos parâmetros normativos fomentadores de uma adequada adaptação aos diversos contextos com os quais tem vindo a ser confrontada.

A nível cognitivo a “Sofia” demonstra as competências e recursos expectáveis ao seu estágio de desenvolvimento na medida em que manifesta compreensão das instruções e conteúdos apresentados nos momentos de avaliação (e.g. na administração de provas psicológicas, nos momentos de entrevista), assim como de análise das consequências jurídico-legais do processo judicial no qual se encontra envolvida e impacto no seu projecto de vida, aspecto igualmente demonstrado pela dificuldade de

gestão de afectos da arguida ao longo da avaliação psicológica. No mesmo sentido, apresenta capacidades de censurabilidade relativamente aos factos que originaram o processo em causa. Contudo, apresenta uma tendência para lidar com estímulos de menor complexidade organizando a informação de forma simplificada, o que parece estar associado a um registo de funcionamento que visa a diminuição da probabilidade de insucesso evitando a frustração.

Em situações nas quais é solicitada a compreensão da percepção de outros ou a tomada de posição de outra pessoa que implicam capacidades de empatia, de identificação de sentimentos e emoções e de um determinado nível de abstracção, a arguida apresentou dificuldades. Em exercícios propostos ao longo da avaliação psicológica com o objectivo de testar tais competências (e.g. colocar-se no lugar de um juiz sobre uma tomada de decisão perante um caso semelhante ao seu) a “Sofia” teve insucesso na sua operacionalização. Tal ocorria igualmente quando pedido que realizasse uma caracterização de si mesma incluindo aspectos que valorizasse mais e que valorizasse menos em si própria, ou que os outros valorizassem na mesma, também comprovado em questões constituintes da Entrevista Orientada para Avaliação das Crenças/ Sentimentos no Campo da Sexualidade.

As dimensões ao nível da comunicação, coerência do discurso, compreensão e interpretação dos estímulos externos necessárias a um normativo funcionamento em contexto social mantêm-se preservadas.

Na esfera comportamental “Sofia” apresenta um historial adaptativo nos diferentes contextos com que tem vindo a ser confrontada ao longo do seu desenvolvimento. Contudo, emergem algumas dificuldades a este nível nomeadamente no auto-controlo emocional, nas tomadas de decisão e na resolução de conflitos. Apresenta também défices em avaliar riscos ao nível das relações interpessoais e adoptar respostas assertivas nestes contextos ou recorrer ao apoio de uma figura adulta. Isto parece estar relacionado com o facto de a progenitora não se configurar como figura de suporte e orientação para a jovem, sendo que esta por vezes expõe fragilidades no desempenho da mãe como tal.

A arguida demonstra uma posição submissa e compreensiva em relação a figuras de autoridade e às dinâmicas da matriz familiar, a título de exemplo ao assumir as funções de prestação de cuidados à avó e sobrinhas quando lhe solicitado. O modelo de interacção entre os diferentes membros parece ser de colaboração e inter-ajuda (à excepção do companheiro da progenitora, o qual mantém com todos os familiares um relacionamento distante e pouco comunicativo) configurando-se como espaço securizante e de protecção para a “Sofia”, mesmo após o corte relacional com as alegadas vítimas e progenitora das mesmas (irmã mais velha da arguida). Contudo, este caracteriza-se por uma desorganização no que concerne à sua estrutura, nomeadamente quanto à definição e assunção de papéis por parte dos distintos elementos assim como dos limites do núcleo familiar, estendendo-se este ao espaço familiar dos avós.

Ao longo do processo de socialização da “Sofia” salientam-se défices ao nível da supervisão parental por parte da progenitora. A escassa participação na gestão do quotidiano e organização dos tempos livres da jovem, nas questões relacionadas com o estado de saúde da mesma e no seu relacionamento interpessoal evidenciam um modelo educativo pouco diferenciado e investido que, favorecido pela constante sobreposição de papéis familiares parece influenciar o facto de emergirem, por parte da arguida, baixos níveis de auto-estima e auto-conceito (demonstrados quer pela observação realizada como pelas escalas de avaliação administradas, sendo que a arguida obteve no Inventário Clínico de Auto-Conceito um total de 49 pontos comparativamente à média esperada para a sua faixa etária de 74 pontos).

Estas características são reforçadas pela dificuldade da “Sofia” na gestão de afectos e emoções sempre que se encontra perante adversidades contextuais e pelo ambiente social e familiar pouco estimulante no que diz respeito à promoção do desenvolvimento de competências na arguida.

O isolamento social apresentado pela mesma, embora agravado pelo abandono do ensino escolar, parece ser um registo de funcionamento habitual. Este isolamento origina uma ausência de suporte de um grupo de pares ou figura amiga de referência comuns nesta faixa etária, condicionando o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e possivelmente a compensação a partir do contacto com outro tipo de figuras.

Neste sentido, as dificuldades que “Sofia” apresenta no que respeita a experiências de interacção directa e nas relações interpessoais relevantes à estruturação da personalidade, poderão facilitar o estabelecimento de relações de maior dependência com as figuras adultas e uma incapacidade na procura de soluções alternativas em situações como as descritas nos factos.

No que respeita à maturação psico-sexual da “Sofia” salientam-se alguns défices associados a um empobrecimento da dimensão afectiva a nível relacional valorizando mais a sua dimensão instrumental, possivelmente devido a distorções no desenvolvimento de *scripts* sexuais ao longo da maturação psico-sexual que em interacção com padrões de relacionamentos disfuncionais podem resultar nesta leitura puramente sexual das relações. Deste modo, são potenciadas dificuldades na vivência da sexualidade na fase da adolescência, favorecidas pelo escasso envolvimento pedagógico por parte da progenitora nestas questões, encaminhando a jovem para questões médicas preventivas em detrimento de reflexões e explicações sobre o tema.

No que concerne a relações amorosas “Sofia” menciona a existência de um namorado quando tinha 14 anos de idade experienciando nessa altura as suas primeiras relações sexuais. Com este manteve um relacionamento de aproximadamente um ano, período coincidente com algum tempo da ocorrência de determinados factos. De acordo com a arguida o namorado desconhecia os contactos desta com o co-arguido assim como os factos ocorridos. Nas abordagens deste relacionamento através da Entrevista Orientada para Avaliação das Crenças/Sentimentos no Campo da Sexualidade, evidenciam-se aspectos associados a uma visão mais instrumental das relações sendo que “Sofia” parece valorizar mais a componente sexual e de sensações físicas das mesmas e menos os aspectos relacionados com a proximidade emocional e comunicação entre parceiros. É relevante ressaltar o facto de que esta perspectiva está culturalmente associada a indivíduos do sexo masculino que atribuem maior importância ao contacto sexual nas relações. Contrariamente, os processos culturais de socialização conduzem a uma educação das mulheres orientada para a demonstração de afectos, expressão de sentimentos e emoções.

É de salientar as perturbações relativas à auto-imagem corporal, que tendo em conta o emagrecimento repentino ocorrido sem intervenção familiar ou profissional, têm implicações na auto-estima e conseqüentemente na esfera da sexualidade.

Relativamente aos factos mencionados nos documentos processuais a arguida assume o cometimento dos mesmos o que conjuntamente com o preenchimento da Checklist de Distorções Cognitivas para Ofensores Sexuais permite depreender a ausência de distorções cognitivas na arguida relacionadas com a adopção dos comportamentos descritos nos factos. Do mesmo modo, as respostas de “Sofia” às questões constituintes da Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual não reflectem pensamentos erróneos em relação ao abuso sexual, vítimas e perpetradores. Não obstante, evidencia-se uma tentativa de minimização dos actos e da sua gravidade verificando-se, em certa medida, a presença de negação associada ao objectivo de diminuir as conseqüências penais e sociais de tal conduta e de atribuição de grande parte da responsabilidade ao co-arguido, por quem refere ter sido coagida a adoptar tais condutas. Parece identificar-se aqui a presença do que Green e Kaplan (1994, citado por Gannon & Rose, 2008) designaram por mecanismos de defesa patológicos, usados frequentemente pelas abusadoras sexuais de crianças com o objectivo de diminuir as conseqüências e seriedade dos abusos.

Considerando a natureza dos crimes pelos quais a jovem arguida se encontra acusada, foram utilizadas na avaliação do risco de reincidência criminal as versões portuguesas dos inventários Sexual Violence Risk e Youth Level of Service/Case Management Inventory permitindo concluir no caso da “Sofia” a existência de um nível de risco baixo.

4.5. Conclusão

O processo de maturação biopsicossocial da “Sofia” é, em termos genéricos, consonante com os padrões normativos apresentando os recursos previstos para o seu estágio desenvolvimental. Não obstante, estão patenteadas dificuldades a nível do

relacionamento interpessoal e interação social, assim como da dimensão emocional evidenciada pelos défices na gestão de emoções e pelo estado depressivo manifestado resultante das circunstâncias do processo judicial e respectivas consequências no seu projecto de vida.

O enquadramento familiar no qual se encontrou inserida ao longo do seu crescimento constituiu um modelo ambíguo na medida em que se assume quer como factor de protecção quer como factor de risco pela estrutura algo caótica e confusão de papéis familiares que apresenta. Tal como explicitado na Teoria Integrativa de Marshall e Barbaree (1990), também no caso da “Sofia” este aspecto facilitou a existência de determinadas fragilidades desenvolvimentais nomeadamente a nível do processo de vinculação à figura materna caracterizado pela sua ambivalência, sendo que esta se configura como uma figura de protecção significativa mas similarmente desprovida de autoridade, mantendo um modelo relacional equitativo em detrimento de uma ascendência preponderante. Um estilo de vinculação inseguro encontra-se associado a défices na capacidade de resolução de problemas, baixos níveis de auto-estima e auto-conceito e dificuldades na gestão de sentimentos e emoções, características estas presentes na arguida e que, em conjunto com os défices ao nível das competências de relacionamento interpessoal e tendo em conta o facto de se encontrar na fase da adolescência (fase de desenvolvimento de crenças e atitudes face à sexualidade), podem incrementar a vulnerabilidade ao cometimento de ofensas de natureza sexual, especialmente numa situação de isolamento social.

Como factores de risco constituem igualmente os estados de humor negativos e os défices no recurso a suporte social e à utilização de estratégias de *coping* adequadas perante situações de stress e ansiedade, neste caso demonstrados pela ausência de procura de soluções para a obtenção de ajuda por parte da jovem após os primeiros contactos estabelecidos com o co-arguido. Não obstante, esta característica poderá estar associada à juventude e grau de maturação ao nível da personalidade.

Similarmente, a arguida possui um conjunto de características psicossociais em comum com a categoria que inclui grande parte dos abusadores sexuais demonstrando baixo auto-controlo, resultante de um processo de socialização não supervisionado e

não potenciador do desenvolvimento de um padrão de vinculação seguro, o uso de estratégias de *coping* inadequadas, défices de competências sociais e de relacionamento interpessoal e baixa auto-estima. No entanto, estes aspectos concluídos no decurso do processo de avaliação psicológica da arguida e pelos instrumentos administrados (para esta questão o Questionário de Auto-Avaliação para Jovens e Inventário Clínico de Auto-Conceito) não se revelam, de forma isolada, como únicos determinantes ou causadores do cometimento de ofensas sexuais como as referidas nos autos do referido caso, de modo que teria sido relevante avaliar com maior pormenor a sua influência nas mesmas.

Sendo a arguida do sexo feminino e situando-se numa faixa etária jovem existem outras dimensões frequentes neste grupo de abusadores sexuais de crianças e igualmente apresentados pela “Sofia” como as perturbações a nível do desenvolvimento psico-sexual, isolamento social e sentimentos de inadequação, imaturidade nas relações com o grupo de pares, muito embora apresentem desenvolvidas competências noutros contextos (e.g. prestação de cuidados a familiares). Provém, tal como grande parte deste grupo particular de jovens, de um contexto social e familiar pouco estruturado e pouco estimulante, com exposição a situações de violência doméstica (avós), caracterizado pelo consumo de substâncias ilícitas por parte de determinados membros (progenitor) e com uma estrutura baseada na diluição e confusão dos papéis familiares, ausência de supervisão e isolamento social. Todo este enquadramento é ocasionador de emoções negativas, frustração e um certo nível de agressividade facilitando, quando perante oportunidade para tal, o cometimento de delitos sexuais.

Em específico, no caso das abusadoras do sexo feminino como no presente caso em estudo, atribui-se a estas uma maior instabilidade emocional e social, comparativamente a indivíduos do sexo masculino, e uma superior capacidade de ocultação da situação abusiva frequentemente associada às funções de prestação de cuidados que possuem relativamente às crianças vitimadas e pelo facto de ocorrerem em contexto familiar e pela proximidade emocional existente, o que dificulta a revelação.

Em termos sócio-demográficos a arguida enquadra-se na caracterização comum das abusadoras sexuais, sendo de etnia caucasiana, proveniente de um nível

socioeconómico desfavorecido e com poucas qualificações académicas. No entanto é mais jovem (16 anos de idade) do que a maioria destas jovens do sexo feminino que se situa na faixa etária entre os 26 e os 36 anos de idade.

A maior propensão para a existência de um co-ofensor que as coage para o cometimento do abuso encontra-se presente na situação da “Sofia”, relacionando-se com este aspecto o seu registo de funcionamento caracterizado por uma elevada dependência, passividade, défices de assertividade, baixa auto-estima e sentimentos de rejeição, como demonstrado nas interações estabelecidas com a mesma no decurso da avaliação e no Inventário Clínico de Auto-Conceito, o Questionário de Auto-Avaliação para Jovens.

Tal como habitual no grupo de abusadoras sexuais de crianças, “Sofia” apresenta uma tentativa de diminuir o impacto do abuso nas crianças referindo que nas fotografias e vídeos produzidos “*parece mais do que o que foi*” e que tais situações não foram tão graves nem com consequências tão negativas como demonstrado. Igualmente frequente nesta tipologia de abusadoras é a tentativa de minimização do seu papel nas situações abusivas deslocando a culpa para o co-ofensor. “Sofia” menciona em diversos momentos que a adopção de tais comportamentos se deveu à sequência de ameaças por parte do co-arguido sentindo-se como uma vítima no âmbito do processo.

“Sofia” não evidencia distorções cognitivas, fantasias sexuais desviantes ou critérios para a obtenção do diagnóstico de pedofilia, o que vai de encontro ao genericamente apresentado por indivíduos abusadores sexuais do sexo feminino.

Um aspecto bastante identificado nas jovens abusadoras sexuais de crianças consiste na ocorrência de maus tratos físicos e sexuais severos na infância incrementando a probabilidade de cometer ofensas sexuais, o que não ficou evidenciado na avaliação psicológica realizada à “Sofia”.

Com vista a estabelecer uma ponte entre os modelos teóricos explicativos do comportamento sexual ofensivo e o caso em estudo será utilizado como base o modelo mais recente e considerado melhor desenvolvido, o Modelo das Trajectórias de Ward e Siegert (2002). Este abrange na sua explicação variáveis psicológicas, sociais,

cognitivas e sexuais e estabelece distintas trajectórias etiológicas, parecendo a mais adequada ao caso em estudo a correspondente à que assenta na desregulação emocional. Assim, a dificuldade da “Sofia” em controlar emoções, em recorrer a apoio e suporte social, utilizar estratégias de *coping* em situações de stress, ansiedade e humor negativos parece ter facilitado por parte desta a associação entre o seu bem-estar emocional e as actividades sexuais nas quais se envolveu no seguimento da relação com o co-arguido, o que aumentaria a sua auto-estima melhorando o seu estado de humor.

Possivelmente, uma avaliação aprofundada das dimensões psico-sexual e da personalidade teria permitido uma acrescida compreensão da etiologia e motivações desta jovem a envolver-se num relacionamento e factos como os que se refere o processo judicial no qual possui papel de arguida, o que por questões de limites temporais e recursos disponíveis não foi possível na avaliação psicológica realizada. Existe uma panóplia de instrumentos de avaliação da personalidade validados e aferidos à população portuguesa que poderiam ser utilizados, tendo em conta a significativa frequência de abusadores sexuais de crianças com perturbações de personalidade e as conclusões para este caso parecerem de certo modo insuficientes para a explicação de tal conduta por parte de uma jovem, na medida em que os défices que apresenta são comuns a outros grupos de ofensores não sexuais.

Considerando a significativa percentagem de abusadores sexuais em medidas e sanções penais de execução na comunidade e atendendo ao nível de risco baixo que “Sofia” apresenta e aos défices a nível social e interpessoal, considera-se pertinente a criação de uma rede social de apoio a esta jovem e respectiva família no sentido de evitar futuras condutas inadequadas. É relevante o acompanhamento psicoterapêutico da jovem orientado para o fortalecimento da auto-estima e auto-conceito e do seu estado emocional depressivo, assim como a promoção de competências no que concerne à gestão de emoções e auto-controlo. Identicamente, revela-se importante uma intervenção sistematizada que promova a reestruturação da situação vivenciada especialmente em relação à dimensão psico-sexual e de contenção dos factores de risco existentes e reforço dos factores de protecção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O progressivo interesse social e da comunidade científica na temática do abuso sexual de crianças provocou determinadas alterações ao nível da sua conceptualização e implicações jurídico-legais. Similarmente, verifica-se uma crescente proliferação de investigações e conseqüente desenvolvimento de abordagens teóricas explicativas do comportamento sexual ofensivo ainda hoje consideradas adequadas para tal e tidas como referência na compreensão deste tipo de conduta.

A avaliação psicológica de ofensores sexuais tornou-se cada vez mais alvo de atenção e, analogamente ao incremento do número de casos denunciados, diversos estudos foram realizados no sentido de encontrar uma tipologia ou características padrão típicas desta população. Apesar de não se verificar até à data um perfil que permita a identificação de abusadores sexuais de crianças evitando o cometimento de tais ofensas, existem categorias que reúnem conjuntos de características psicossociais frequentemente apresentadas por estes indivíduos, que parecem favorecer a sua propensão para adoptar este tipo de comportamentos em determinada fase da sua vida e que se revelam pertinentes no desenvolvimento de planos de intervenção com os mesmos.

Para tal ser melhor exemplificado procedeu-se ao estudo de um caso de uma jovem acusada pelos crimes de abuso sexual de crianças agravado, pornografia de menores agravada e rapto, em co-autoria com um indivíduo do sexo masculino num processo judicial no âmbito do qual foi realizado um processo de avaliação psicológica para elaboração de perícia de personalidade sobre a arguida. No procedimento de obtenção de informações acerca dos factos, do processo desenvolvimental e da situação actual da arguida, foram consultadas diversas fontes através de técnicas como a entrevista, observação e administração de instrumentos de avaliação psicológica.

Apesar da jovem a que se refere o caso apresentado evidenciar um processo desenvolvimental normativo, verifica-se a existência de determinadas fragilidades a este nível nomeadamente no estilo de vinculação desenvolvido com a figura materna, o enquadramento familiar desestruturado e um processo de socialização assente num registo de isolamento social e na ausência de um grupo de pares ou figura amiga de

referência. Tal como defendido pelas teorias apresentadas no enquadramento teórico, estes aspectos parecem ter convergido para o surgimento de um conjunto de défices e características que podem favorecer a adopção de alguns tipos de condutas como o comportamento sexual abusivo, tais como o défice de competências sociais, baixo nível de assertividade, dificuldade na gestão de emoções e de auto-controlo, dificuldades na resolução de problemas e utilização de estratégias de *coping* adequadas, baixos níveis de auto-estima e auto-conceito, sentimentos de inadequação e atitudes erróneas face à sexualidade. Este enquadramento estará associado às características de passividade e submissão à figura adulta que poderão ter facilitado a maior dependência e cedência às solicitações por parte de um homem de faixa etária superior com quem mantinha um relacionamento cujos contornos não permanecem totalmente claros.

Tais características e factores de risco descritos e apresentados pela jovem vão, de modo geral, de encontro aos modelos teóricos e tipologias mencionados no enquadramento teórico.

O caso estudado na componente empírica da presente dissertação retrata uma situação de abuso sexual de crianças pouco frequente a nível das estatísticas obtidas nas investigações, na medida em que o perpetrador pertence ao sexo feminino e apresenta uma faixa etária jovem, situando-se na fase da adolescência. Relativamente ao mesmo, não foi efectuada uma análise comparativamente a outras situações análogas dada a dificuldade em constituir amostras significativas deste tipo de população assim como obter através de pesquisas, estudos que se assemelhem a este. Não obstante, o presente estudo empírico permite fornecer o conhecimento de mais um caso deste tipo de crimes que não se enquadra no padrão dos abusos sexuais de crianças e a forma como este igualmente se enquadra nos conceitos teóricos existentes em termos de factores de risco e de vulnerabilidade ao cometimento de ofensas sexuais, mas se distancia do que é esperado relativamente ao abusador típico e especificidades das situações abusivas quando perpetradas por mulheres.

Considera-se então pertinente a nível científico a realização de investigações no âmbito do abuso sexual e outras ofensas sexuais cometidas por indivíduos do sexo feminino, numa tentativa de incrementar a compreensão da etiologia dos mesmos para

além de uma extensão das investigações realizadas com amostras do sexo masculino, comparando estudos e casos entre si de forma a permitir a elaboração de adequados planos de intervenção com esta população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguilar, J. G. & Michel, E. D. (2000). Abuso sexual en el menor. Características y algunas estrategias para su prevención. *Medicina Universitaria*, 2 (8), 184-190.
- American Psychiatric Association (2002). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais – DSM-IV-TR*. (J. Nunes de Almeida, Trad.) (4ª Ed., texto revisto). Lisboa: Climepsi.
- American Psychological Association (2010). *Manual of the American Psychological Association*. Washington DC: American Psychological Association.
- Ames, M. A. & Houston, D. A. (1990). Legal, Social, and Biological Definitions of Pedophilia. *Archives of Sexual Behavior*, 19 (4), 333-342.
- Baker, E. & Beech, A. R. (2004). Dissociation and Variability of Adult Attachment Dimensions and Early Maladaptive Schemas in Sexual and Violent Offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 19 (10), 1119-1136.
- Beech, A. R. & Mitchell, I. J. (2005). A neurobiological perspective on attachment problems in sexual offenders and the role of selective serotonin re-uptake inhibitors in the treatment of such problems. *Clinical Psychology Review*, 25, 153-182.
- Beech, A. R.; Parrett, N.; Ward, T., & Fisher, D. (2009). Assessing female sexual offenders' motivations and cognitions: An exploratory study. *Psychology, Crime, and Law*, 15 (2,3), 201-216.
- Beech, A. R. & Ward, T. (2004). The integration of etiology and risk in sexual offenders: A theoretical framework. *Aggression and Violent Behavior*, 10, 31-63.

- Beier, K. M.; Ahlers, C. J.; Goecker, D.; Neutze, J. Mundt, I. A.; Hupp, E. & Schaefer, G.A. (2009). Can pedophiles be reached for primary prevention of child sexual abuse? First results of the Berlin Prevention Project Dunkelfeld (PPD). *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 20 (6), 851-867.
- Bischof, G. P.; Stith, S. M. & Whitney, M. L. (1995). Family environments of adolescents sex offenders and other juvenile delinquents. *Adolescence*, 30, 157-170.
- Blanchard, R.; Lykins, A. D.; Wherrett, D.; Kuban, M. E.; Cantor, J. M.; Blak, T.; Dickey, R. & Klassen, P. E. (2009). Pedophilia, hebephilia and the DSM-V. *Archives of Sexual Behavior*, 38, 335-350.
- Bogaerts, S.; Vanheule, S. & Declercq, F. (2005). Recalled parental bonding, adult attachment style, and personality disorders in child molesters: A comparative study. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 16 (3), 445-458.
- Campos, M. A. M. R. & Schor, N. (2008). Violência sexual como questão de saúde pública: importância da busca ao agressor. *Saúde e Sociedade São Paulo*, 17 (3), 190-200.
- Canha, J. (2003). A criança vítima de violência. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de Crimes*. (Vol.2 – Crianças) (2ª Ed.) (pp. 13-36). Coimbra: Quarteto.
- Cardoso, J. C. (2004). Processo criminal e mulher – uma perspectiva comparada. In A. M. C. Toscano & S. Godslund (Orgs.), *Mulheres Más: Percepção e Representações da Mulher Transgressora no Mundo Luso-Hispânico*. (Vol. 1) (pp. 393-407). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Chaffin, M.; Letourneau, E. & Silovsky, J. (2002). Adults, Adolescents, and Children Who Sexually Abuse Children: A Developmental Perspective. In E. B. Myers; L. Berliner; J. Briere; C. T. Hendrix; C. A. Jenny & T. A. Reid (Eds.), *The APSAC Handbook on Child Maltreatment*. (2ª Ed.) (pp. 205-232). Thousand Oaks: Sage Publications.

- Cheung, C.; Ngai, N. & Ngai, S. (2007). Family Strain and Adolescent Delinquency in Two Chinese Cities, Guangzhou and Hong Kong. *Journal of Child and Family Studies*, 16 (5), 626-641.
- Códigos Penal e Processo Penal e Legislação Avulsa* (2008). (2ª Ed.) Porto: Porto Editora.
- Cohen, L. J. & Galynker, I. (2009). *Psychopathology and personality traits of pedophiles*. Recuperado em 18 Março, 2010, de <http://www.psychiatrictimes.com/display/article/10168/1420331?pageNumber=1>.
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (2009). *Relatório anual de avaliação da actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*. Recuperado em 15 Agosto, 2010, de http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3143&m=PDF.
- Cooper, C. L.; Murphy, W. D. & Haynes, M. R. (1996). Characteristics of abused and nonabused adolescent sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 8 (2), 105-119.
- Cordeiro, J. C. D. (2008). *Psiquiatria Forense*. (2ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coutinho-Pereira, A. & Gonçalves, R. A. (2009). Distorções cognitivas em agressores sexuais. *Ousar Integrar – revista de reinserção social e prova*, 2 (4), 9-17.
- Delisi, M.; Vaughn, M. G.; Beaver, K. M.; Wright, J. P.; Hochstetler, A.; Kosloski, A. E. & Drury, A. J. (2008). Juvenile sex offenders and institutional misconduct: the role of thought psychopathology. *Criminal Behavior and Mental Health*, 18, 292-305.
- Devoto, E. C. & Aravena, L. C. (2003). Pedofilia: Un punto de vista endocrinológico. *Revista Medica Chile*, 131, 1471-1472.

- Duarte, V. M. (2009). Delinquência juvenil feminina: teorias, olhares e silêncios. *Ousar Integrar – revista de reinserção social e prova*, 2 (5), 23-36.
- Dulcey, C. B. (2007). Características y factores precipitantes asociados al abuso sexual. *MedUNAB*, 10 (1), 38-49.
- Faller, K. C. (1989). Characteristics of a clinical sample of sexually abused children: How boy and girl differ. *Child Abuse and Neglect*, 13, 281-291.
- Faller, K. C. (1987). Women who sexually abuse children. *Violence and Victims*, 2 (4), 263-276.
- Fávero, M. F. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores*. Lisboa: Climepsi.
- Finkelhor, D. (2009). The prevention of childhood sexual abuse. *The Future of Children*, 19 (2), 169-194.
- Finkelhor, D.; Ormrod, R. & Chaffin, M. (2009). Juveniles Who Commit Sex Offenses Against Minors. *Juvenile Justice Bulletin*, 1-12.
- Fonoaudiol, A. A. & Bacteriol, M. S. (2002). Caracterización de la violencia sexual en adolescentes de 10 a 19 años, Cali. *Comlombia Medica*, 39 (4), 356-363.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar* (M. A. V. Veronese, Trad.) (2ªEd.). Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada 1991).
- Gannon, T. A. & Rose, M. R. (2008). Female child sexual offenders: Towards integrating theory and practice. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 442-461.
- Gannon, T. A.; Wright, D. B.; Beech, A. R. & Williams, S. (2006). Do child molesters hold distorted beliefs? What does their memory recall tell us?. *Journal of Sexual Aggression*, 12 (1), 5-18.

- Gelsthorpe, L. & Sharpe, G. (2008). Gender, Youth Crime and Justice. In B. Goldson & J. Muncie (Eds.). *Youth Crime and Justice*. (pp. 47-61). Los Angeles: Sage Publications.
- Giffin, K. (1994). Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (1), 146-155.
- Grant, J.; Indermaur, D.; Thornton, J.; Stevens, G.; Chamarette, C. & Halse, A. (2009). Intrafamilial adolescent sex offenders: psychological profile and treatment. *Trends & issues in crime and criminal justice*, 375, 1-6.
- Green, A. H. (1999). Female sex offenders. In J. A. Shaw (Ed.), *Sexual Aggression*. (pp. 195- 210). Washington DC: American Psychiatric Press.
- Harris, J. M. (2001). *Understanding Juvenile Sexual Offenders and Aiding in Effective Treatment and Management Practices*. Recuperado em 1 Abril, 2010, de http://www.agts.edu/resources/counseling_students/jso.pdf.
- Holanda, A. (2006). Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, 3 (24), 363-372.
- Howitt, D. (2009). *Introduction to Forensic & Criminal Psychology*. (3ª Ed.). Londres: Pearson Education.
- Hunter, J. A. (2000). *Understanding Juvenile Sex Offenders: Research Findings and Guidelines for Effective Management and Treatment*. Recuperado em 11 Abril, 2010, de http://www.ilppp.virginia.edu/Juvenile_Forensic_Fact_Sheets/Fact_Sheets/SexOffenders.html.
- Ireland, C. A. & Worthington, R. (2009). Treatment approaches for sexual violence. In J. L. Ireland, C. A. Ireland & P. Birch (Eds.), *Violent and Sexual Offenders: Assessment, treatment and management*. (pp. 179-197). Portland: Willan Publishing.

- Jameson, P. A., & Schellenbach, C. J. (1977). Sociological and psychological factors in the backgrounds of male and female perpetrators of child abuse. *Child Abuse and Neglect*, 1 (1) , 77–83.
- Jones, T. & Wilson, D. (2009). When thinking leads to doing: the relationship between fantasy and reality in sexual offending. In J. L. Ireland, C. A. Ireland & P. Birch (Eds.), *Violent and Sexual Offenders: Assessment, treatment and management*. (pp. 235-25). Portland: Willan Publishing.
- Kemper, T. S. & Kistner, J. A. (2007). Offense History and Recidivism in Three Victim-age-based Groups of Juvenile Sex Offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 19, 409-424.
- Kemshall, H. (2004). Female Sex Offenders. In H. Kemshall & G. McIvor (Eds.), *Managing Sex Offender Risk*. (pp. 49-64). London: Atheneum Press.
- Kingston, D. A.; Firestone, P.; Moulden, H. M. & Bradford, J. M. (2007). The Utility of the Diagnosis of Pedophilia: A Comparison of Various Classification Procedures. *Archives of Sexual Behavior*, 36, 423-436.
- Kinnear, K. L. (2007). *Childhood Sexual Abuse: a reference handbook*. (2^a Ed.). California: ABC – CLIO.
- Kubik, E. K., & Hecker, J. E. (2005). Cognitive distortions about sex and sexual offending: A comparison of sex offending girls, delinquent girls, and girls from the community. *Journal of Child Sexual Abuse*, 14 (4), 43–69.
- Landini, T. S. (2003). Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa. *Cadernos de Saúde Pública*, 19 (2), 273-282.
- Leclerc, B.; Beauregard, E. & Proulx, J. (2008). Modus operandi and situational aspects in adolescent sexual offenses against children: A further examination. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52 (1), 46-61.

- Lessard-Hébert, M.; Goyette, G. & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e práticas*. (M. J. Reis, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget (Obra Original publicada em 1990).
- Lewis, C. F. & Stanley, C. R. (2000). Women accused of sexual offenses. *Behavioral Sciences and the Law*, 18 (1), 73–81.
- Lisak, D. & Ivan, C. (1995). Deficits in intimacy and empathy in sexually aggressive men. *Journal of Interpersonal Violence*, 10 (3), 296-308.
- Lussier P.; Proulx, J. & LeBlanc, M. (2005). Criminal propensity, deviant sexual interests and criminal activity of sexual aggressors against women: a comparison of explanatory models. *Criminology*, 43 (1), 249-282.
- Machado, C. (2003). Abuso sexual de crianças. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de Crimes*. (Vol.2 – Crianças) (2ª Ed.) (pp. 39-93). Coimbra: Quarteto.
- Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. (4ª Ed.) Coimbra: Quarteto.
- Maia, L. A. C. R.; Pombo, P. J. N.; Monteiro, D. V. X. & Fernandez, M. P. (2009). *Estudos de caso de pedófilos portugueses*. Recuperado em 14 Março, 2010, de <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0496.pdf>.
- Maria, S. G. (2007). A participação da comunidade na prevenção dos abusos sexuais. *Análise Psicológica*, 1 (25), 13-24.
- Marsden, V. F. M. G. (2009). Pedofilia, transtorno bipolar e dependência de álcool e opióides. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 58 (2), 119-121.
- Marshall, W. L. (1997). Pedophilia: Psychopathology and theory. In D. R. Laws & W. O'Donahue (Eds.), *Sexual deviance: Theory, assessment and treatment* (pp. 152-174). New York: Guilford.

- Marshall, W. L. & Barbaree, H. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. In W. Marshall, D. Laws & H. Barbaree (Eds.), *Handbook of Sexual Assault: Issues, Theories, and Treatment of the Offender* (pp. 257-278). New York: Plenum Press.
- Marshall, W. L.; Barbaree, H. & Fernandez, Y. M. (1995). Some aspects of social competence in sexual offenders. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 7 (2), 113-127.
- Marshall, W. L.; Champagne, F.; Brown, C. & Miller, S. (1997). Empathy, intimacy, loneliness and self-esteem in nonfamilial child molesters: A brief report. *Journal of Child Sexual Abuse*, 6 (3), 87-98.
- Marshall, W. L.; Cripps, E.; Anderson, D. & Cortoni, F. (1999). Self-esteem and coping strategies in child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 14 (9), 955-962.
- Marshall, W. L. & Marshall, L. (2000). The origins of sexual offending. *Trauma, Violence & Abuse*, 1 (3), 250-263.
- Marshall, W. L. & Serran, G. (2000). Current issues in the assessment and treatment of sexual offenders. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 7, 85-96.
- Martins, I. & Carneiro de Sousa, M. J. (2004). Um caso de mulher má. In A. M. C. Toscano & S. Godsland (Orgs.), *Mulheres Más: Percepção e Representações da Mulher Transgressora no Mundo Luso-Hispânico*. (Vol. 1) (pp. 365-375). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Martins, G. A. (2006). *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Mathews, R.; Hunter, J. & Vuz, J. (1997). Juvenile Female Sexual Offenders: Clinical Characteristics and Treatment Issues. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 9 (3), 187-199.
- McAnulty, R. D. & Adams, H. E. (1990). Patterns of sexual arousal of accused child molester involved in custody disputes. *Archives of Sexual Behavior*, 19 (6), 541-556.

- McCrocklin, M. T. (1997). Juvenile Sex Offense. *Paradigm*, 12-21.
- Mezquita, B. V. (2007). *Manual de psicología forense*. Madrid: Editorial Síntesis.
- National Center on Sexual Behavior of Youth (2003). *Adolescent Sex Offenders: Common Misconceptions vs. Current Evidence*. Recuperado em 21 Junho, 2010, de <http://www.ncsby.org/pages/publications/ASO%20Common%20Misconception%20vs%20Current%20Evidence.pdf>.
- National Center on Sexual Behavior of Youth (2004). *What Research Shows About Female Adolescent Sex Offenders*. Recuperado em 11 Março, 2010, de <http://www.ncsby.org/pages/publications/Female%20ASO.pdf>.
- Naves dos Reis, J.; Martin, C. C. S. & Ferriani, M. G. C. (2004). Mulheres vítimas de violência sexual: meios coercitivos e produção de lesões não-genitas. *Cadernos de Saúde Pública*, 20 (2), 465-473.
- Pais, L. G. & Oliveira, M. (2009). Decisão (do) adolescente: psicologia e delinquência juvenil. *Ousar Integrar – revista de reinserção social e prova*, 2 (5), 37-48.
- Pakes, F. & Winstone, J. (2007). *Psychology and crime: understanding and tackling offending behavior*. Portland: Willan Publishing.
- Pervan, S. & Hunter, M. (2007). Cognitive distortions and social self-esteem in sexual offenders. *Applied Psychology in Criminal Justice*, 3 (1), 75-91.
- Redondo, S. (2006). Sirve el tratamiento para rehabilitar a los delincuentes sexuales?. *Revista Española de Investigación Criminológica*, 6 (4), 1-22.
- Sacau, A.; Alves, J. & Peixoto, C. (2004). Estudo de representação científica e jornalística da mulher delinquente. In A. M. C. Toscano & S. Godslan (Orgs.), *Mulheres Más: Percepção e Representações da Mulher Transgressora no Mundo Luso-Hispânico*. (Vol. 1) (pp. 333-344). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

- Saewyc, E. M.; Pettingell, S. & Magee, L. L. (2003). The Prevalence of Sexual Abuse Among Adolescents in School. *The Journal of School Nursing*, 19 (5), 266-272.
- Saleh, F. M. & Vincent, G. (2004). Juveniles Who Commit Sex Crimes. *Adolescent Psychiatry*. Recuperado em 10 Março, 2010 de http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3882/is_200401/ai_n9383794/.
- Salter, A. (2003). *A pedofilia e outras agressões sexuais: como nos podemos proteger a nós e aos nossos filhos*. (A. Rocha & I. Nunes, Trad.). Lisboa: Editorial Presença.
- Schneider, S. L. & Wright, R. C. (2004). Understanding denial in sexual offenders: A review of cognitive and motivational processes to avoid responsibility. *Trauma, Violence & Abuse*, 5 (1), 3-20.
- Serafim, A. P.; Saffi, F.; Rigonatti, S. P.; Casoy, I. & Martins de Barros, D. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 36 (3), 105-111.
- Serran, G. A.; Moulden, H.; Firestone, P. & Marshall, W. L. (2007). Changes in Coping Following Treatment for Child Molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 22 (9), 1199-1210.
- Seto, M. C. (2009). Pedophilia. *Annual Review of Clinical Psychology*, 5, 391-407.
- Sholevar, G. P. & Schwoer, L. D. (1999). Sexual Aggression Within the Family. In J. A. Shaw (Ed.), *Sexual Aggression*. (pp. 75-106). Washington DC: American Psychiatric Press.
- Siegel, J. A. & Williams, L. M. (2003). The relationship between child sexual abuse and female delinquency and crime: A prospective study. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 40 (1), 71-94.
- Silva, A. Z. (2009). O estilo de vinculação e o desenvolvimento de comportamentos delinquentes na adolescência: factor de risco ou protecção. *Ousar Integrar – revista de reinserção social e prova*, 2 (4), 55-68.

- Smallbone, S W. & Dadds, M. R. (2000). Attachment and Coercive Sexual Behavior. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 12 (1), 3- 15.
- Soeiro, C. B. (2009). Perfis criminais e crime de abuso sexual de crianças: Caracterização de uma tipologia para a realidade portuguesa. *Ousar Integrar – revista de reinserção social e prova*, 2 (4), 49-63.
- Stalans, L. J. (2004). Adult sex offenders on community supervision: A Review of Recent Assessment Strategies and Treatment. *Criminal Justice and Behavior*, 31 (5), 564- 608.
- Vandiver, D. M. (2006). Female sex offenders: A comparison of solo offenders and co-offenders. *Violence and Victims*, 21 (3), 339–354.
- Vandiver, D. M., & Walker, J. T. (2002). Female sex offenders: An overview and analysis of 40 cases. *Criminal Justice Review*, 27 (2), 284–300.
- Wakefield, H.; Rogers, M. & Underwager, R. (1990). Female Sexual Abusers: A Theory of Loss. *American Journal of Forensic Psychology*, 2 (4), 181-195.
- Wakefield, H. & Underwager, R. (1991). Female Child Sexual Abusers: A Critical Review of the Literature. *American Journal of Forensic Psychology*, 9 (4), Recuperado em 23 Maio, 2010 de <http://www.ipt-forensics.com/library/female.htm>.
- Ward, T. (1999). Competency and deficit models in understanding and treatment of sexual offenders. *The Journal of Sex Research*, 36 (3), 298-305.
- Ward, T. & Beech, A. R. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 11, 44-63.
- Ward, T. & Hudson, S. M. (1998). The construction and development of theory in the sexual offending area: A meta-theoretical framework. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 10, 47-63.

- Ward, T. & Hudson, S. M. (2001). A critique of Hall and Hirschman's quadripartite model of child sexual abuse. *Psychology, Crime and Law*, 7, 333-350.
- Ward, T.; Polaschek, D. & Beech, T. (2006). *Theories of Sex Offending*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Ward, T. & Siegert, R. J. (2002). Towards a comprehensive theory of child sexual abuse: a theory knitting perspective. *Psychology, Crime & Law*, 8, 319-351.
- Ward, T. & Sorbello, L. (2003). Explaining child sexual abuse. In T. Ward, D. Laws & S. Hudson (Eds.), *Sexual Deviance: Issues and Controversies* (pp. 3-20). Thousand Oaks: Sage Publications.
- William, L. M. & Finkelhor, D. (1990). The characteristics of incestuous father. In W. L. Marshall, D. R. Laws & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of Sexual Assault: Issues, Theories, and Treatment of the Offender* (pp. 231-252). New York: Plenum Press.